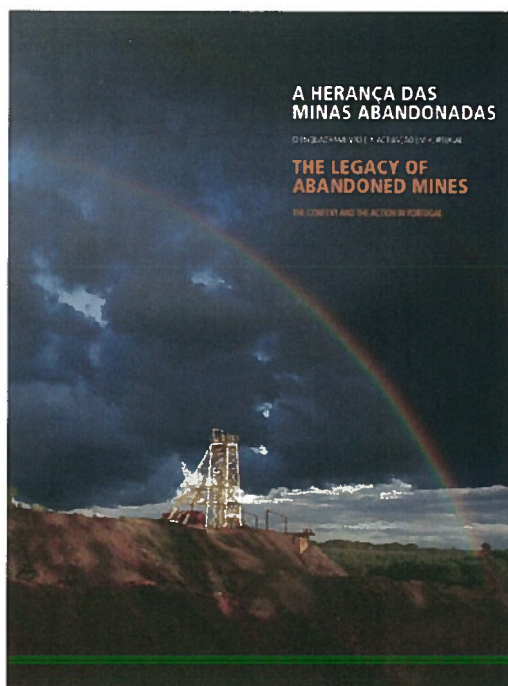


RELATÓRIO E CONTAS

2011



Fevereiro de 2012

EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.

Relatório e Contas 2011

22 de fevereiro de 2012



Contribuinte n.º 501 692 983; Cons. Reg. Com. Lisboa n.º 979
Capital social: € 30.000.000,00

Sede: Rua Sampaio Pina, 1-3º dtº – 1070-248 LISBOA
Telef. (351) 21 385 91 21/7 – Fax (351) 21 385 63 44

17
MS
2
X

CORPOS SOCIAIS DA EDM

(Mandato 2010-2012)

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Moraes

Secretário – Maria Manuela Marçal Batista Salvador

Conselho de Administração

Presidente – Rui da Silva Rodrigues

Vice-Presidente – Mário Jorge Ferreira Guedes

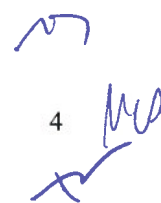
Vogal – José Manuel Gaspar Nero

Fiscal Único

ROC – “RSM – Patrício, Moreira, Valente & Associados”, SROC representada por Joaquim Patrício da Silva

ROC Suplente – Alberto Arnauth Ribeiro

Handwritten signature and initials in blue ink.



INDICE

	Pág.
MENSAGEM DO PRESIDENTE	7
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	10
I. ENVOLVENTE EXTERNA	11
1.1 Conjuntura macroeconómica internacional	11
1.2 Envolvente sectorial	15
II. ANÁLISE GLOBAL – SÍNTESE	20
III. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	23
3.1 No domínio técnico ambiental	23
3.1.1 Concessão	23
3.1.2 Outras atividades no domínio ambiental	28
3.1.3 Outros acontecimentos e iniciativas	31
3.1.4 Síntese do investimento no domínio ambiental	32
3.2 No domínio dos recursos minerais	33
3.2.1 Atividades de prospeção, pesquisa e reconhecimento	33
3.2.2 Atividades de valorização e aproveitamento	40
3.2.3 Acompanhamento de iniciativas no exterior	43
3.2.4 Outras atividades	45
3.3 Atuações diversas	45
3.3.1 Protocolo DGEG/EDM	45
3.3.2 Stock urânio	47
3.3.3 Caracterização radiológica do parque habitacional da ex-ENU/Urgeirica	48
3.4 Participada EDMI-Empresa de Projetos Imobiliários	48
IV. RECURSOS HUMANOS	50
V. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	51
VI. SOCIEDADE E GOVERNANCE	55
6.1 Governo da Sociedade	55
6.1.1 Missão, objetivos e políticas da empresa	55
6.1.2 Regulamentos internos e externos	56
6.1.3 Informação sobre transações relevantes com entidades relacionadas	57
6.1.4 Informação sobre outras transações	57
6.1.5 Modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais	58
6.1.6 Remunerações dos membros dos órgãos sociais	60
6.1.7 Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental	62
6.1.8 Avaliação do grau de cumprimento dos princípios do bom governo	68
6.1.9 Código de Ética	70
6.1.10 Informação sobre a existência de sistema de controle compatível com a empresa	70
6.1.11 Identificação dos mecanismos adotados com vista à prevenção de conflito de interesses	70
6.1.12 Explicitação da divulgação da informação prevista na RCM nº 49/2007	71
6.2 Cumprimento das orientações legais	72
6.2.1 Cumprimento de orientações e objetivos de gestão	72
6.2.2 Gestão do risco financeiro	74
6.2.3 Evolução do prazo médio de pagamentos e atrasos nos pagamentos	75
6.2.4 Deveres especiais de informação	76
6.2.5 Recomendações do acionista na aprovação das contas de 2010	77
6.2.6 Remunerações	77
6.2.7 Orientações relativas a normas de contratação pública	78
6.2.8 Limites de endividamento	79
6.2.9 Racionalização das políticas de aprovisionamento	79
6.2.10 Plano de redução de custos para 2011	79
6.2.11 Princípio da unidade de tesouraria	80
6.2.12 Cumprimentos das obrigações legais – Quadro síntese	81
VII. PERSPECTIVAS FUTURAS	82
VIII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	86
IX. AGRADECIMENTOS	87
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011	89
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2011	101

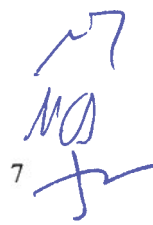
MENSAGEM DO PRESIDENTE

Durante o ano de 2011, em consonância com o **posicionamento** do MEID (Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento) sobre as linhas de orientação a prosseguir no setor mineiro, a EDM, para além da **área técnico-ambiental** focalizada na recuperação ambiental das minas degradadas e abandonadas, onde reconhecidamente evidencia competências relevantes, **decidiu alargar a sua atividade de forma mais consolidada ao domínio do conhecimento, aproveitamento e valorização dos recursos minerais**, visando a participação de forma efetiva e consistente em projetos de prospeção e pesquisa e de exploração tanto no território nacional como nos países da CPLP, situação que se entende possível atingir no horizonte de 2015, dada a natureza própria dos projetos mineiros. Esta opção de alargamento da atividade prosseguiu no 2º semestre do ano, já no âmbito do MEE (Ministério da Economia e Emprego), no quadro de execução do plano anteriormente apresentado.

Assim a atuação desenvolvida durante o ano incidiu nas duas vertentes seguintes:

- No **domínio técnico-ambiental** prosseguiram os investimentos nos projetos de remediação ambiental previstos nas candidaturas aprovadas pelo QREN (POVT e PORegionais), conforme orientações do concedente, que ascenderam a 7,0 milhões de euros. Globalmente e no que se refere à concessão o investimento realizado, acumulado desde 2001, totaliza cerca de 57 milhões de euros.

Ainda durante o ano foi possível garantir a aprovação da renovação por 4 anos do contrato de concessão celebrado em setembro de 2001, através da RCM nº 62/2011, de 15 de dezembro, o que possibilitará a consolidação das atuações em curso e o adequado aproveitamento dos fundos comunitários para o efeito disponibilizáveis.



Refira-se, nesta vertente, o lançamento público, em conjunto com a DGEG, da publicação "*A Herança das Minas Abandonadas - O enquadramento e a atuação em Portugal*", que assinala os 10 anos de celebração do contrato de concessão de recuperação das áreas mineiras abandonadas, no qual se procede ao seu enquadramento temático a nível internacional e se descreve a atuação que vem sendo desenvolvida em Portugal.

- No **domínio dos recursos minerais** salienta-se o desenvolvimento dos trabalhos de identificação de áreas potenciais para projetos de prospeção e pesquisa que permitiram a apresentação de 6 pedidos de atribuição de áreas, dos quais 2 (Pingarela/Vinhais – minerais do grupo da platina e Argozelo/Vimioso – estanho e tungsténio) foram objeto de contratualização em sessão pública realizada no princípio de dezembro no Lousal, com a presença do Senhor Secretário de Estado da Energia, Engº Henrique Gomes.

Registam-se, também, os contactos com a República de Moçambique que conduziram à celebração, em agosto de 2011, de um Protocolo de cooperação entre a EDM e a EMEM – Empresa Moçambicana de Exploração Mineira, visando a criação de uma plataforma de colaboração em diversas áreas mineiras.

Sublinhe-se o **papel institucional da DGEG** no âmbito da concessão para a recuperação das áreas mineiras degradadas bem como o contributo determinante, por via do protocolo existente, para outras ações quer na vertente "ambiental" quer na nova área dos "Recursos Minerais".

Em **termos operacionais** a EDM, como previsto no Plano de Atividades para 2011, concretizou as orientações de contenção de custos no que respeita aos

Fornecimentos e Serviços Externos, em que superou a meta proposta, registando uma redução de 41,3% face a 2009, mas também quanto aos encargos com pessoal através da aplicação da redução prevista na Lei nº 12-A/2010, na Lei nº 55-A/2010 e nas normas constantes das circulares da DGTF.

A empresa apresentou **resultados líquidos de €1.140.326,25**, superior em 336% aos €261.388,02 registados em 2010, e em 70% face à previsão constante no Plano e Orçamento para esse ano, a refletir não só o rigor e a eficiência da gestão como o empenho, profissionalismo e qualidade técnica da equipa que trabalha na empresa, e que se espera prossiga para garantir a boa realização dos trabalhos em curso, agora num quadro de atividade alargado à área dos Recursos Minerais e num contexto de contenção imposto pela difícil situação económica e financeira do país.

Aos membros do governo da tutela agradece-se a confiança e apoio que conferem estabilidade e condições de crescimento à empresa.

Aos órgãos de fiscalização e auditoria é devida uma palavra de reconhecimento pela diligência demonstrada e pelo apoio em diversas iniciativas visando melhorar o desempenho da empresa.

Rui da Silva Rodrigues
Presidente

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., apresenta, para apreciação da Assembleia Geral de Acionistas, o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2011.

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

I. ENVOLVENTE EXTERNA

1.1 Conjuntura macroeconómica internacional

A **Atividade Económica e o Comércio mundiais** mantiveram em 2011 taxas de crescimento positivas, embora inferiores às de 2010. As estimativas mais atuais apontam para acréscimos de +3,8% da Economia mundial em 2011 (face à subida de +5,2% em 2010) e de +6,9% do Comércio mundial (face ao aumento de +12,7% em 2010).

Nos Países Asiáticos a Atividade Económica manteve-se dinâmica, registando um crescimento no PIB de +7,9% (que compara com +9,5% de 2010), com realce para a China, com uma taxa de crescimento de +9,2% (+10,4% em 2010) e para a Índia, com uma taxa de crescimento de +7,4% (+9,9% em 2010), ambas impulsionadas pelo comportamento positivo das respetivas procura internas.

Na América Latina e Caraíbas verificou-se também um crescimento do Produto de +4,6%, embora menos expressivo que em 2010 (+6,1%), com destaque para as quatro maiores economias da região: Argentina (+8,0%), Brasil (+2,9%), México (+4,1%) e Chile (+6,6%).

Nos Países da Europa Central e de Leste a Atividade Económica registou um comportamento favorável (acréscimo de +5,1%, face aos +4,5% de 2010), com realce para a Turquia (+7,4%) e Polónia (+4,2%).

As perspetivas económicas para 2012 indiciam a possibilidade da manutenção do crescimento da economia mundial, embora a ritmos mais moderados e diferenciados consoante as regiões: os “países emergentes e em desenvolvimento” mostram-se relativamente dinâmicos graças sobretudo aos incrementos na procura interna, com crescimentos previstos para 2012 e 2013 de +5,4% e +5,9% respetivamente, enquanto nas “economias avançadas” o crescimento será bastante

menor (+1,2% para 2012 e +1,9% para 2013). As projeções mais recentes estimam para 2012 um crescimento de +3,3% do Produto mundial e de +3,8% do Comércio mundial enquanto para 2013 as subidas daqueles indicadores traduzir-se-á em +3,9% e de +5,4% respetivamente. Pese estas perspetivas permanece, contudo, uma elevada incerteza devido à persistência de perturbações nos mercados financeiros internacionais associada aos riscos da dívida soberana de uma grande maioria de países, e à continuada aceleração dos preços das matérias-primas a nível global.

Ainda no que respeita às *Economias Emergentes* é de sublinhar, face às relações preferenciais com a economia portuguesa, a evolução favorável das economias de *Angola e de Moçambique*, com trajetórias de crescimento expressivas em 2011 de +3,7% e +7,2% respetivamente, consolidando os incrementos alcançados em 2010 de +3,4% (Angola) e de +6,6% (Moçambique). As estimativas para 2012 e 2013 apontam para a manutenção do crescimento com taxas de +10,8% e +8,5% para Angola e de +7,5% e +7,9% para Moçambique.

Nos Estados Unidos da América, em 2011, a atividade económica registou um acréscimo do PIB de 1,7%, inferior aos 3,0% verificados em 2010. O acréscimo do PIB em 2011 assentou fundamentalmente no comportamento favorável das exportações (+6,7%), do investimento (+3,4%) e em menor intensidade do consumo privado (+2,3%). O facto de o desemprego ter invertido a trajetória ascendente, cifrando-se em 9,0% em 2011, face aos 9,6% de 2010, poderá influenciar o processo de recuperação, sendo que os dados disponíveis sugerem que a atividade económica prosseguirá no caminho da retoma, ainda que moderada, com reflexos nas taxas de crescimento do PIB, que se estimam de +2,0% em 2012 e de +2,5% em 2013, com base, ainda, na evolução positiva do investimento e das exportações.

A economia Japonesa inverteu a trajetória de crescimento, tendo apresentado um decréscimo do PIB real em 2011 de -0,3%, face aos +4,4% de 2010. Esta evolução foi muito condicionada pelo reduzido aumento das exportações (+1,0%) e pela

redução do consumo privado (-0,2%), que não compensaram o acréscimo do consumo público (+2,3%). Para 2012 e 2013 prevê-se a retoma da tendência de crescimento, embora com taxas modestas de +2,0% e +1,6% respetivamente.

Na área Euro o crescimento estimado do PIB reduziu para +1,5% em 2011 (sendo de +1,6% na União Europeia), face aos 1,8% registados em 2010. Persistiram, à semelhança do que já se verificou em anos anteriores, diferenças substanciais de comportamento entre os países da área euro, com economias a registarem acréscimos superiores à média, como sejam a Alemanha (+3,0%), Finlândia (+3,0%), Bélgica (+2,0%), Luxemburgo (+2,0%) e França (+1,6%). Por outro lado a Noruega (+1,5%), a Holanda (+1,4%), a Irlanda (+ 1,2%) e a Dinamarca (+1,1%) apresentaram crescimentos de menor intensidade, mas próximos da média europeia. Apesar dos sinais de manutenção da retoma a nível mundial, o endividamento dos países, a subida do desemprego e a necessidade de promover a consolidação das finanças públicas face às exigências dos mercados financeiros relacionadas com a dívida soberana, apontam para a manutenção de um crescimento lento, estimando-se uma variação média anual do Produto de somente +0,5% em 2012 e de +1,3% em 2013, suportada pelos aumentos do investimento e do consumo privado.

A economia Portuguesa apresentou, em 2011, um decréscimo no PIB de -1,6%, contra o acréscimo de +1,4% verificado em 2010. Este comportamento ficou a dever-se, principalmente, à redução significativa da procura interna traduzida nas evoluções desfavoráveis do investimento (-11,2%), do consumo privado (-3,6%) e do consumo público (-3,2%), cujas quedas acabarem por neutralizar os impactos do aumento das exportações (+7,3%) e da diminuição das importações (-4,3%).

A taxa média de inflação situou-se em 3,6%, acima da média da área euro (2,6%). As previsões atuais assinalam uma descida da taxa média de inflação para +3,2% em 2012 e uma nova redução para +1,0% em 2013.

A taxa de desemprego aumentou para +12,5%, acima dos +10,8% registados em 2010 e da taxa da zona euro (10,4%), prevendo-se um crescimento para +13,4% em 2012 e um muito ligeiro decréscimo em 2013 (+13,0%).

As atuais projeções para a economia portuguesa apontam para uma contração da atividade económica em 2012 (-3,1%), seguida de um ligeiro crescimento em 2013 (+0,3%), num contexto de redução substancial da procura interna, consequência do processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos nacionais, em particular do défice orçamental e da dívida bruta. Estas perspetivas de evolução no período 2012/2013, que têm subjacente o crescimento das exportações a taxas mais modestas de +4,1% e +5,8% respetivamente em 2012 e 2013, e variações negativas das restantes componentes, apresentam uma elevada incerteza decorrente tanto do grau de robustez da recuperação económica mundial como da eventual necessidade de implementar medidas adicionais de consolidação orçamental para cumprir os objetivos do défice e da dívida definidos para 2012 e 2013, no quadro do Programa de Assistência Económica e Financeira acordado com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a União Europeia. Acresce, ainda, o risco decorrente do impacto do processo de desalavancagem do setor bancário sobre as condições de financiamento da economia, dependente das estratégias que venham a ser adotadas, que poderá traduzir-se num agravamento das atuais condições de concessão de crédito, já restritivas.

INDICADORES DA EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Indicadores Económicos	Taxas de variação em volume (%)									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (*)	2012 (*)	2013 (*)
Consumo Privado	2.5	1.9	1.9	2,5	1.3	-2,3	2,1	-3,6	-6,0	-1,8
Consumo Público	2.6	3.2	-1,4	0.5	0,3	4,7	0,9	-3,2	-2,9	-1,4
Investimento	2.5	-1.5	-0.7	2,6	-0.3	-8,6	-4,1	-11,2	-12,8	-1,8
Exportações de bens e serviços	4.0	2.1	8.7	7.6	-0.1	-10,9	8,8	7,3	4,1	5,8
Importação de bens e serviços	6.7	3.5	5.2	5,5	2.3	-10,0	5,4	-4,3	-6,3	0,7
Produto Interno Bruto (PIB)	1.5	0.9	1,4	2,4	0.0	-2.9	1,4	-1,6	-3,1	0,3

Fonte: Banco de Portugal

(*) últimas estimativas disponíveis (BP)

1.2 Envolvente sectorial

O ano de 2011 caracterizou-se pela **continuação do otimismo no setor da mineração**, situação que acompanha a indústria nos últimos anos. Os resultados das grandes empresas mineiras, relativos ao ano de 2010 e publicados em 2011, limitaram-se a confirmar a expectativa de confiança na indústria, mas é evidente que as regras do jogo no setor foram alteradas. A indústria mineira entrou numa nova era. A procura de matérias-primas continua a ser alimentada por um forte crescimento das economias emergentes. A oferta é cada vez mais limitada, assistindo-se ao surgimento de projetos que se tornam bastante complexos e são tipicamente localizados em territórios mais remotos e desconhecidos. A base de custos da indústria foi definitivamente alterada com a exploração de minérios mais pobres em teores e com uma falta de mão de obra qualificada a afetar a quase generalidade das empresas.

Para acompanhar a procura, as empresas do “top 40” anunciaram mais de 300 mil milhões de dólares em programas para os próximos anos, duplicando o inicialmente estimado em 2010. Apesar de muitos dos projetos não virem a ser concluídos, a dimensão e o volume dos projetos de investimento anunciados denuncia que a indústria tem como prioridade tentar satisfazer a procura, que cada vez mais vem em crescendo.

O investimento em novas fontes é cada vez mais focado nas economias emergentes, levando ao surgimento de novos clientes e governos que entram no setor com o objetivo principal de obter segurança no aprovisionamento. A integração vertical da mineração assim promovida que faz prevalecer a oferta ao custo, permite que o mercado integre uma oferta adicional associada a um conjunto de projetos mineiros que estavam inativos há bastante tempo. A curva de custo mudou e os preços das “*commodities*” subiram permanentemente.

A perspetiva expressa por líderes da indústria é cada vez mais positiva, com as empresas a tomarem ações definitivas sobre a capitalização de projetos, e a promoverem fusões e aquisições.

O “Nacionalismo dos Recursos” e a gestão dos stakeholders (governos, comunidades locais, trabalhadores, etc.) ocupam cada vez mais a atenção das direções das empresas mineiras, acompanhando assim a crescente complexidade e sofisticação da indústria. Com a contínua subida da mineração nas listas de prioridades políticas, num momento de défices orçamentais, mudanças económicas e de prioridades sociais, muitos governos estão a olhar para a reforma dos seus códigos mineiros, lidando com questões de sustentabilidade e revisitando a sua abordagem à tributação e royalties.

Vivemos tempos interessantes para a indústria mineira, com o crescente escrutínio dos governos, clientes e outros stakeholders. A crescente procura pelas matérias-primas é impulsionada pelas economias emergentes, destacando que a oferta será o grande desafio a ser enfrentado. A mudança de equilíbrio é uma viragem em favor da indústria mineira, mas não será simples e vai levar algum esforço de gestão, em suma é possível afirmar que o “**jogo mudou**”.

O ano de 2011 em termos de **cotações das matérias-primas minerais** destacou-se pela sustentação generalizada das cotações, tendo algumas delas atingido novamente valores recorde na primeira metade do ano, o que provocou na segunda metade, uma ligeira revisão em baixa, situação que na Europa foi ligeiramente compensada com a queda do euro em relação ao dólar americano. Novamente a explicação para a alta das cotações tem origem no consumo das economias emergentes.

Os *metais não ferrosos* mantiveram um nível de cotação bastante elevado, tendo-se em alguns casos registado novos recordes. O *cobre* esteve sujeito a uma forte pressão em alta, tendo em fevereiro ultrapassado os 10.000 \$/ton.

O *estanho* após a escalada de preços de 2010 e início de 2011 sofreu uma correção tendo a cotação estabilizado em torno dos 20.000 \$/ton. O principal fator que condiciona as presentes cotações relaciona-se com as incertezas e com o fornecimento proveniente do sudoeste asiático que continua a sofrer uma forte pressão proveniente das exigências ambientais dos governos locais.



Gráfico 1

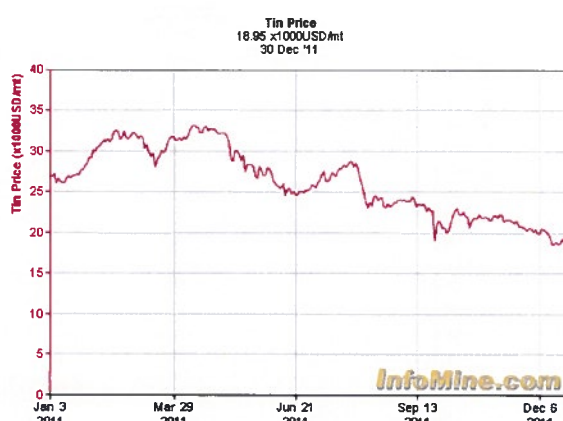


Gráfico 2

O metal que continua a funcionar em contracorrente é o *zinco* que tornou a registar descidas, ainda que ligeiras, terminando o ano com uma cotação de 2.000 \$/ton, fruto da estagnação do mercado de galvanização. É de salientar que os preços ainda não refletem a influência de um eventual encerramento, por exaustão, de algumas das maiores minas de zinco do mundo e que se situam na América do Norte.

Os *metais preciosos* mantiveram novamente uma elevada volatilidade ao longo do ano, fruto das incertezas relacionadas com a confiança nos mercados e em especial com a “crise das dívidas soberanas na zona euro”. Assim o *ouro* voltou a ser estrela para os investidores mantendo a cotação em alta e quase quebrando em meados

de 2011 a barreira histórica dos 2.000 \$/oz. A *prata* manteve o seu comportamento, fruto da proximidade com o ouro, ao passo que os *platinóides* sofreram uma queda em setembro em consequência da crise europeia, principal mercado consumidor.



Gráfico 3



Gráfico 4

A alta dos preços e a procura continuada das matérias-primas não são fatores conjunturais e radicam em realidades duráveis. O conjunto de outras matérias-primas, como o ferro, metais básicos, metais menores, terras raras, ilmenites ou as bauxites, deverão ter uma procura sustentada pelo crescimento a longo prazo da China, da Índia e das demais economias em rápida industrialização.

Em fevereiro de 2011 a **Comissão Europeia** publicou uma nova comunicação denominada "TACKLING THE CHALLENGES IN COMMODITY MARKETS AND ON RAW MATERIALS" na qual é dada uma especial atenção à importância do

abastecimento da economia europeia, em termos de matérias-primas, situação que comprova a anterior observação de que existe um conjunto de matérias-primas vitais para o crescimento e desenvolvimento e se reconhecem os riscos relativos ao abastecimento de certas matérias-primas não energéticas em termos europeus.

II. ANÁLISE GLOBAL – SÍNTESE

O Conselho de Administração da EDM deu continuidade à estratégia definida pelo acionista único da sociedade, conforme orientações gerais oportunamente transmitidas, tendo prosseguido a execução das novas linhas de estratégia para a Empresa referentes aos Recursos Minerais, já iniciadas em 2010.

De entre as **orientações gerais** há a referir:

- A atuação seletiva de modo a aumentar o conhecimento e promover o aproveitamento dos recursos geológicos na ótica do desenvolvimento sustentado, compatibilizando as vertentes ambiental, de ordenamento do território, económica e social;
- A recuperação, monitorização e controlo das antigas áreas mineiras abandonadas, visando anular ou mitigar riscos para a segurança de pessoas e bens, muito em particular nas situadas próximo de aglomerados populacionais, com especial atenção para as antigas minas de urânio. Estas atividades, no que respeita à recuperação ambiental são desenvolvidas no âmbito do “Contrato de concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas” aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 93/2001, de 9 de agosto, que foi renovado por mais 4 anos pela RCM nº 62/2011, de 15 de dezembro, e que constitui a referência fundamental na prossecução da missão da empresa neste domínio, sendo as demais atuações desenvolvidas ao abrigo do Protocolo com a DGEG.

Neste contexto, a **estratégia** da EDM passou a ser orientada para a consecução dos seguintes objetivos:

- Consolidar a intervenção que vem sendo realizada no domínio técnico-ambiental;
- Alargar e intensificar as ações de reconhecimento e valorização de recursos minerais tanto no território nacional como no exterior;
- Garantir a adoção das melhores práticas de gestão.

Em termos de **atividades desenvolvidas**, descritas em termos detalhados neste relatório, destaca-se o seguinte:

- *No domínio técnico-ambiental*
 - Realização de investimentos no âmbito da concessão para a recuperação ambiental no valor de € 5.667.798,39;
 - Realização de investimentos no âmbito da segurança, recuperação de solos agrícolas contaminados, pedreiras abandonadas e manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas no valor de € 1.970.303,37;
 - Publicação do livro “A Herança das Minas Abandonadas – o enquadramento e a atuação em Portugal”.
- *No domínio dos recursos minerais*
 - Apresentação de 6 pedidos para atribuição de áreas de prospeção e pesquisa nas áreas de Pingarela – Vinhais (minerais do grupo da platina), Argozelo – Vimioso (estanho e tungsténio), Monte das Mesas – Aljustrel (cobre, zinco), Tuela – Vinhais (estanho e tungsténio), Poço das Freitas – Chaves (ouro) e Jales/Gralheira – Vila Pouco de Aguiar (ouro);

- Contratualização de 2 áreas para prospeção e pesquisa (Pingarela e Argozelo);
- Acompanhamento da evolução do projeto da Semblana no quadro do acordo de parceria celebrado em princípios de 2005 com a Somincor;
- Celebração do protocolo de cooperação com a EMEM – Empresa Moçambicana de Exploração Mineira.

Finalmente e no que respeita à **atividade operacional** destaca-se:

- Distribuição de Dividendos ao Acionista Único da EDM – Foi deliberada, na Assembleia Geral realizada em 19 de outubro de 2011, a entrega de dividendos, no montante de € 130.694,01;
- Redução dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos em 41,3% face a 2009, o que reflete a prioridade conferida ao aumento da eficiência da sua atividade e o esforço para o cumprimento das orientações definidas para o Setor Empresarial do Estado.
- Resultados Líquidos – A sociedade apresentou no exercício o resultado líquido positivo de € 1.140.326,25, superior aos € 261.388,02 registados em 2010 e acima do previsto no orçamento (€ 670.247,00);

Em 31 de dezembro de 2011 o capital social da sociedade era de € 30.000.000,00, detido na totalidade pelo Estado Português, sendo sua única participada (a 100%), a sociedade EDMI – Empresa de Projetos Imobiliários, SA.

III. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

3.1 No domínio técnico ambiental

3.1.1 Concessão

No âmbito da concessão para a “Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Degradadas”, serviço considerado de interesse público, atribuído pelo Estado sob a forma de Concessão à empresa pelo DL 198-A/2001, de 6 de julho, foi dada continuidade ao plano de atuação oportunamente estabelecido e que em cada ano vem sendo adaptado aos meios disponibilizados pelo Concedente, o Estado português, designadamente em termos da componente nacional, incluindo despesas não elegíveis dos projetos candidatos aos Programas Operacionais.

O financiamento da atividade da concessão desenvolvida a coberto de tal plano, vem beneficiando, no período 2007-2013, do apoio dos fundos comunitários, QREN, por via do Programa Operacional Temático de Valorização do Território (POVT), prevendo-se que a concretização dos projetos a desenvolver no âmbito deste Programa possam estender-se até 2015.

No ano de 2011 foi possível concluir as obras associadas aos projetos submetidos em 1ª fase de candidaturas ao POVT, designadamente as obras de Recuperação Ambiental das Áreas Mineiras de Senhora das Fontes, Lousal e 3ª Fase de Aljustrel, bem como a conclusão da fase correspondente ao período 2009-2011, da designada por Monitorizações de Controlo Periódico e Ações de Tratamento de Efluentes nas Áreas Mineiras dos Radioativos, atuação que tem vindo continuamente desde 2005 a ser garantida. Durante o ano deu-se também início às obras associadas aos projetos submetidos na 2ª

e 3ª fases de candidaturas ao POVT, de que se destacam a Remediação Ambiental das Áreas Mineiras de Bica, Cunha Baixa, 2ª Fase da Zona Industrial da Urgeiriça e Beneficiação de Arruamentos, Freixiosa e Barrôco I, tendo-se promovido o lançamento dos concursos públicos para o lançamento da Construção do Sistema de Tratamento Passivo das Águas de Mina do Poço 4 da Urgeiriça e da Remediação Ambiental da Área Mineira de Rosmaneira, obras a consignar durante o primeiro trimestre de 2012, período durante o qual se lançará novo concurso para a obra de Renaturalização da Ribeira da Pantanha e Selagem da Barragem Nova, que por razões associadas à reformulação de alguns aspetos de projeto não viria a ser adjudicado durante o ano de 2011. Foram, ainda, durante o ano preparados os projetos para o lançamento de uma nova fase de candidaturas ao POVT(4ª fase), a qual se prevê para abril de 2012 e que integrará as seguintes atuações e obras:

- Monitorizações de Controlo Periódico e Ações de Tratamento de Efluentes (2011-2013);
- Remediação Ambiental nas Áreas Mineiras de Prado Velho, Barracão e Forte Velho e antiga Fábrica de Rádio do Barracão e suas envolventes;
- Remediação Ambiental na Área Mineira de Freixinho;
- Remediação Ambiental na Área Mineira do Castelejo;
- 1ª Fase de Recuperação Ambiental na Área Mineira de Quinta do Bispo;
- 4ª Fase de Recuperação na Área Mineira de Aljustrel;
- 2ª Fase de Recuperação na Área Mineira de Lousal.

O total do investimento da Concessão realizado durante o ano de 2011 ascendeu a € 5.667.798,39, repartido pelos seguintes projetos:

Investimentos da Concessão Realizados em 2011
Financiamento por via do POVT – QREN

(euros)	
Designação dos Projetos	Valor dos Investimentos
Recuperação Ambiental da Área Mineira do Lousal	310.972,47
Recuperação Ambiental da Área Mineira de Senhora das Fontes	335.889,65
3ª Fase de Recuperação da Área Mineira de Aljustrel	1.162.280,48
Monitorizações Controlo Periódico e Ações de Tratamento de Efluentes (2009-2011)	156.633,13
Remediação Ambiental da Área Mineira da Cunha Baixa	510.458,02
Remediação Ambiental da área Mineira da Bica	1.157.419,87
Trabalhos na Ribeira da Pantanha e Selagem Final da Barragem Nova	1.593.264,36
Remediação Ambiental da Área Mineira da Freixiosa	283.612,09
Remediação Ambiental da Área Mineira de Barrôco I	68.151,58
Remediação Ambiental da Área Mineira da Rosmaneira	20.898,06
Monitorizações Controlo Periódico e Ações de Tratamento de Efluentes (2011-2013)	6.182,33
Remediação Ambiental das Áreas Mineiras de Prado Velho, Barracão e Forte Velho	3.100,62
2ª Fase de Recuperação na Área Mineira de Lousal	3.070,64
Total Projetos da Concessão	5.611.933,30
Outras Atividades em Apoio à Concessão	55.865,09
Total Investimentos da Concessão	5.667.798,39

Até ao final de 2011, no âmbito da concessão para a recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, foram apresentados projetos ao POVT, programa de apoio comunitário que financia os projetos da concessão, nas três fases de candidatura por este programa operacional lançadas, conforme quadro seguinte:

CONCESSÃO PARA A RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS MINEIRAS DEGRADADAS**Projectos e Obras Previstos Desenvolver no Âmbito do POVT****Eixo Prioritário II - Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos**

MINA / PROJECTO		FASE DAS CANDIDATURAS	INVESTIMENTO PREVISTO Entre 2007-2013
		x 1.000 euros	
Prevenção de riscos de passivo ambiental : recuperação de antigas áreas mineiras de urânio abandonadas			
Monitorizações de Controlo Periódico e Acções de Tratamento de Efluentes - Fase 2007/2009	1ª	1.168	
Projectos de Execução e Estudo de Incidências Ambientais em 20 Áreas Mineiras dos Radioactivos	1ª	729	
Recuperação Ambiental da Área Mineira da Senhora das Fontes	1ª	2.235	
Projectos nas Envolventes à Escombreira da Barragem Velha e Zona Industrial da Urgeirica - 2ª Fase	1ª	729	
Monitorizações de Controlo Periódico e Acções de Tratamento de Efluentes - Fase 2009/2011	2ª	562	
Remediação Ambiental na Área Mineira da Cunha Baixa	2ª	6.100	
Obras de Remediação Ambiental na Área Mineira da Bica	2ª	3.650	
Trabalhos na Ribeira da Pantanha e Selagem Final da Barragem Nova	2ª	9.600	
Remediação Ambiental na Área Mineira do Barrôco I	3ª	701	
Remediação Ambiental na Área Mineira da Freixiosa	3ª	695	
Remediação Ambiental na Área Mineira da Rosmaneira	3ª	1.246	
Monitorizações de Controlo Periódico e Acções de Tratamento de Efluentes - Fase 2011/2013	4ª	590	
Remediação Ambiental nas Áreas Mineiras de Prado Velho, Forte Velho e Antiga Fábrica de Rádio do Barracão e suas envolventes	4ª	6.500	
Remediação Ambiental na Área Mineira de Freixinho	4ª	300	
Remediação Ambiental na Área Mineira do Castelejo	4ª	3.500	
1ª Fase de Recuperação Ambiental na Área Mineira de Quinta do Bispo	4ª	2.500	
SUB-TOTAL (1)		40.805	
Prevenção de riscos de passivo ambiental : recuperação de antigas áreas mineiras de polimetálicos abandonadas			
Recuperação Ambiental na Área Mineira do Lousal	1ª	2.918	
3ª Fase de Recuperação na Área Mineira de Aljustrel	1ª	2.222	
4ª Fase de Recuperação na Área Mineira de Aljustrel	4ª	7.000	
2ª Fase de Recuperação Ambiental na Área Mineira do Lousal	4ª	1.750	
SUB-TOTAL (2)		13.890	
TOTAL (1) + (2)		54.695	

Como se referiu, tem-se a expectativa que, durante o 1º semestre do próximo ano, possa ter lugar uma quarta fase de candidaturas na qual a empresa submeterá os projetos indicados no quadro anterior (4ª fase). Neste contexto, remetem-se para fases futuras outros projetos disponíveis na empresa que poderão ser lançados e concluídos até 2015, caso sejam reunidas as condições para o seu financiamento e que são listados no quadro seguinte:

MINA / PROJECTO	FASE DAS CANDIDATURAS	INVESTIMENTO PREVISTO
Obras Diversas nas Envolventes às Áreas Intervencionadas - Urgeiriça	fases futuras 2013/2015	45.340
Remediação Ambiental nas Áreas Mineiras de Picoto, Ribeira do Bôco e Canto do Lagar		
Remediação Ambiental na Área Mineira de Mortórios		
Remediação Ambiental nas Áreas Mineiras de A-do-Cavalo e S. Domingos		
Remediação Ambiental nas Áreas Mineiras de Tentinho, Barroca Funda e Cruz da Faia		
Remediação Ambiental nas Áreas Mineiras de Reboleiro, Ferreiros, Lenteiros, Mestras e Maria Dónis		
Remediação Ambiental na Área Mineira de Mondego Sul		
Remediação Ambiental na Área Mineira de Vales		
Remediação Ambiental na Área Mineira de Corga de Valbom		
Remediação Ambiental na Área Mineira de Póvoa de Cervães		
Remediação Ambiental na Área Mineira da Quinta do Bispo - fases posteriores		
Recuperação Ambiental da Área Mineira da Caveira		
Recuperação do Canal da Margem Direita da Área Mineira de S. Domingos		

Em termos de candidaturas, desde o início da concessão em 2001 e até ao final de 2011, foram submetidas e contratualizadas 44 candidaturas aos Programas Operacionais, das quais 31 ao QCA III e 13 ao QREN-POVT (1ª à 3ª fases), para além de terem sido desenvolvidos, com fundos próprios, 2 projetos com elevada relevância para o programa de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas em curso, designadamente, o “Estudo Base para a Reabilitação de Áreas Mineiras Degradadas” e a “Recuperação da Escombreira da Barragem Velha da Área Mineira da Urgeiriça”.

O acumulado do investimento já realizado nos projetos especificamente associados à concessão até final de 2011 ascendeu a 57 milhões de euros.

3.1.2 Outras atividades no domínio ambiental

Foram entretanto desenvolvidas em 2011 outras atividades na área ambiental, dirigidas designadamente para:

- Segurança de locais mineiros abandonados
- Recuperação de solos agrícolas contaminados
- Pedreiras abandonadas
- Manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas

cujos financiamentos viriam a ter origens diversas:

- **Segurança de locais mineiros abandonados.** Esta atividade foi desenvolvida ao abrigo do Protocolo de Cooperação estabelecido em 2007 entre a DGEG e a EDM, linha de Ação 1 – Trabalhos de Segurança, que visa o anular ou mitigar riscos para pessoas e bens, relacionadas com antigas explorações ou trabalhos mineiros, muito em particular das situadas junto a aglomerados populacionais. Nesta temática pontificam as intervenções que, de acordo com decisão da DGEG, são em cada ano implementadas, e que ao longo do território potenciam situações de risco. Integrada nesta linha de ação releva-se, também, a missão de vigilância regular para a deteção de anomalias no domínio da segurança nas 61 antigas minas de radioativos existentes no país.

Em 2011 as atuações desenvolvidas neste domínio, foram conduzidas por via de candidaturas submetidas ao Programa Operacional Regional do Norte (ON.2 – O Novo Norte), em que a componente nacional foi garantida por via do Protocolo DGEG/EDM, tendo compreendido a realização de Trabalhos de Segurança em Nove Áreas Mineiras da Região Norte, consubstanciadas na selagem e tamponamento de infraestruturas mineiras existentes, designadamente, nas áreas mineiras de Brunhosinho, Barca d'Alva e Torrão da Moita.

Financiamento por via do POR Norte – QREN 2007-2013

(euros)	
Designação dos Projetos	Valor
Trabalhos de Segurança em Nove áreas Mineiras da Região Norte	94.587,00

Foram igualmente desenvolvidas atuações com financiamento direto do Protocolo de Cooperação DGEG/EDM, nas áreas mineiras de França, Montesinho ação que se estenderá ao 1º semestre de 2012 e no projeto de Estabilização Biofísica e Correção de Drenagem de Taludes da Mina da Panasqueira, isto para além do desenvolvimento de Ações de Controle de Segurança nas áreas mineiras dos radioativos, conforme atrás enunciado.

Ainda no final de 2011 lançou-se o procedimento de contratação pública para a realização dos Trabalhos de Segurança nas Antigas Áreas Mineiras de Braçal, Coval da Mó e Malhada, obra a adjudicar no início de 2012.

Financiamento por via direta – Ação 1 – Trabalhos de Segurança, Protocolo DGEG/EDM

(euros)	
Designação dos Projetos	Valor
Intervenções de Segurança em Minas Abandonadas	515.073,79

- **Recuperação de solos agrícolas contaminados.** Esta atuação dirigida para a região Centro, onde a exploração mineira dos radioativos teve forte expressão no séc. XX, pretende ir ao encontro da necessidade de obviar à continuada utilização de solos para fins agrícolas, nos quais se verificam contaminação pela presença de radionuclídeos.

Nesta vertente e em 2011 foram concluídas as obras de Recuperação de Áreas Agrícolas nas Freguesias de Pera do Moço (Guarda), Sortelha e

Bendada (Sabugal), S. Vicente da Sé (Guarda), Freixo (Almeida), Rio de Mel (Trancoso), Arcozelo (Gouveia), Vilar Seco (Nelas), Reboleiro (Trancoso) e Maceira (Fornos de Algodres), Mangualde, Carvalhal (Meda), Cótimos (Trancoso), V. Cortez da Serra (Gouveia) e Moreira do Rei (Guarda).

Financiamento por via do POR Centro – QREN 2007-2013

(euros)	
Designação dos Projetos	Valor
Substituição de Solos de Cultivo e Atuações em Origens de Água para Rega nas Áreas Mineiras dos radioativos – 1ª Fase	598.005,29

- **Pedreiras abandonadas.** A iniciativa de intervenção em pedreiras abandonadas foi focalizada na região Centro, em consequência de ter sido esta a região cuja Comissão de Coordenação do Programa Operacional Regional do Centro, em conjugação com as autarquias locais, mostrou interesse e disponibilidade para a sua implementação. As intervenções em pedreiras abandonadas vêm na sequência de uma preocupação nacional latente face aos riscos de segurança e de natureza paisagística associadas à exploração de pedreiras entretanto abandonadas.

Nesta vertente estão em fase de conclusão as obras de Reabilitação de Pedreiras Abandonadas na região Centro, designadamente nas pedreiras de Barrosinha (concelho da Batalha), Carriço, Abiul e Santiago de Litém (concelho de Pombal, Figueira Grande e Monsanto (concelho de Alcanena), Sobral (concelho de Ourém), Espanhol e Pedrogão (concelho de Torres Novas) e Vale Grande (concelho de Alcobaça). A Câmara Municipal de Porto de Mós, apesar de na fase inicial da candidatura ter demonstrado interesse na realização de obras nas Pedreiras de Penedos Negros e Alcaria, em fase posterior veio a recusar a assinatura do

protocolo a estabelecer entre a EDM e o Município de Porto de Mós, o que impossibilitou a realização dos trabalhos nestas pedreiras.

Financiamento por via do POR Centro – QREN 2007-2013

(euros)	
Designação dos Projetos	Valor
Projetos e Obras em Pedreiras Abandonadas da Região Centro – 1ª Fase	651.385,86

- Manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas.**

Esta atividade, a que corresponde a linha de Ação 2 – Minas Abandonadas, do Protocolo de Cooperação, estabelecido em 2007 entre a DGEG e a EDM, pretende garantir o adequado desempenho das obras de recuperação ambiental desenvolvidas nos últimos anos no âmbito da Concessão, por via da sua manutenção, correção e beneficiação, atividades estas não financiadas por fundos comunitários.

No ano de 2011 foram realizados trabalhos de Correção e Beneficiação da Antiga Área Mineira de Covas e acompanhamento das condições de funcionamento da estação de tratamento passivo de Jales.

Financiamento por via direta – Ação 2 – Minas Abandonadas, Protocolo DGEG/EDM

(euros)	
Designação dos Projetos	Valor
Trabalhos de Conservação, Correção e Beneficiação nas Áreas Mineiras de Covas e Jales	111.251,43

3.1.3 Outros acontecimentos e iniciativas

Refira-se que no âmbito da atividade ambiental desenvolvida pela empresa, foi dado apoio à *comissão técnica da EURATOM*, que se deslocou no mês de abril a Portugal e que, designadamente, vistoriou a atividade desenvolvida no país em termos de monitorização de efluentes de mina nas áreas mineiras dos radioativos. As visitas de campo tiveram lugar entre 12 e 14 de abril.

Em setembro a empresa apoiou a realização do *workshop “Development of guidelines on inspections of mining waste facilities and a supporting document on closure of abandoned mining waste facilities”*, realizado em Lisboa, entre 21 e 23 daquele mês e promovido no âmbito da união europeia.

Em dezembro de 2011 foi lançado um livro, sob o título “*A Herança das Minas Abandonadas - O Enquadramento e a Atuação em Portugal*”, o qual assinalou os 10 anos da atividade desenvolvida pela empresa no âmbito da concessão para a recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas.

3.1.4 Síntese do investimento no domínio ambiental

Em síntese, em 2011 no domínio técnico - ambiental, para além das atividades enunciadas e da divulgação da atividade por via de comunicações apresentadas em encontros da especialidade, foi produzido um investimento total de € 7.638.101,76 distribuído por atividades conforme a seguir se explicita:

Síntese dos Investimentos da Atividade Ambiental da EDM

Realizados em 2011

(euros)

Designação	Valor de Investimento
Atividades no Âmbito da Concessão:	
Recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas	5.667.798,39
Outras Atividades:	
Segurança de locais mineiros abandonados	609.660,79
Recuperação de solos agrícolas contaminados	598.005,29
Pedreiras abandonadas	651.385,86
Manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas	111.251,43
Total	7.638.101,76

3.2 No domínio dos recursos minerais

O ano de 2011 ficou marcado por uma clara aposta na criação e desenvolvimento de projetos de prospeção mineira, tendo a EDM adequado a sua estrutura de modo poder responder às diversas solicitações provenientes do ressurgimento desta vertente na empresa.

3.2.1 Atividades de prospeção, pesquisa e reconhecimento

Levantamento dos Recursos Existentes

Fruto da necessidade de existência de uma base de dados atualizada dos recursos mineiros nacionais, a EDM fez um levantamento rigoroso de todas as oportunidades existentes no território nacional, cujos resultados serviram de base para a realização de diversos pedidos de licenças de prospeção e pesquisa, efetuados ao longo de 2011, e também para ações futuras, estas dependentes do surgimento de parceiros interessados, bem como de oportunidades decorrentes das condicionantes de mercados e em especial das cotações das diversas matérias-primas.

Participação em consórcios de prospeção e pesquisa

Projeto Pingarela

A EDM celebrou em princípios de dezembro de 2011 com o Estado Português um contrato para a prospeção de minerais do grupo da platina, cujos trabalhos tiveram o seu início no final do ano, e que consistem em prospeção, pesquisa e reconhecimento mineiro na região de Bragança-Vinhais, numa área de cerca de 77,75 km² (Figura 1).

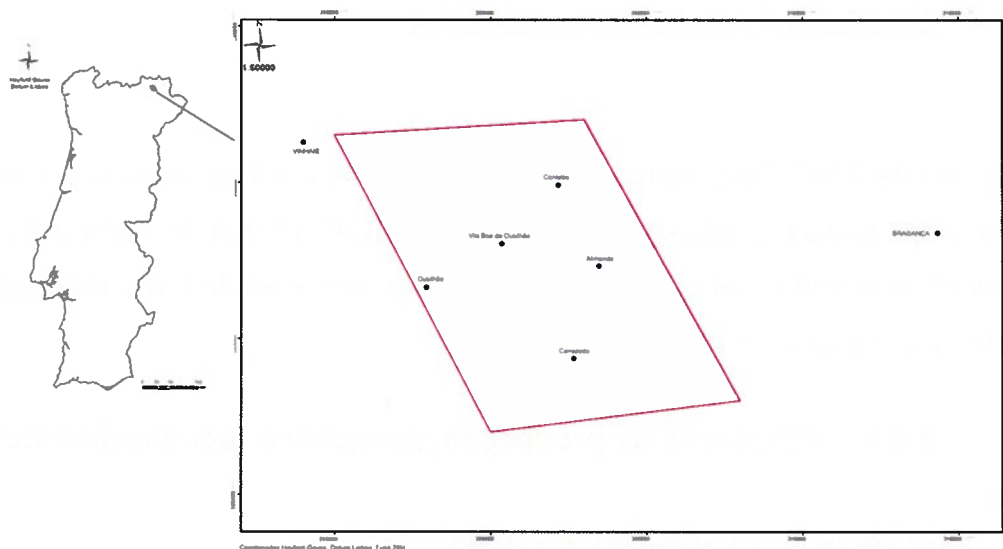


Figura 1 – Enquadramento da área de prospeção de Pingarela e principais localidades

Este projeto tem como principal objetivo a identificação de MGP (*Minerais do Grupo da Platina*).

Numa primeira abordagem a este projeto reuniu-se e analisou-se toda a informação disponível sobre a área em causa, nomeadamente, informação relativa a antigas explorações mineiras, assim como trabalhos científicos publicados relativos a depósitos de cromite e depósitos de MGP. Numa fase seguinte foram realizadas campanhas de reconhecimento das principais zonas de interesse, inseridas na área de prospeção concedida, nomeadamente nas zonas de Abessêdo em Vila Boa de Ousilhão (Vinhais), Cabeço da Pedrosa e Valongo em Conlelas, Sardoaal e Derruída em Alimonde e Carrazedo (Bragança), nas quais há evidências de vários trabalhos mineiros antigos, e que têm vindo a ser sujeitas a identificação.

Foram estudados os aspetos litológicos e estruturais presentes nestas zonas, realizando-se simultaneamente uma campanha de amostragem de rochas, para se efetuar uma caracterização litológica mais completa. Além destas amostras, foram recolhidas e analisadas amostras de cromitito, ao qual se encontram possivelmente associadas mineralizações em MGP. Estas

amostras serão posteriormente analisadas através de microscópio petrográfico, microscópio eletrónico e varrimento por microsonda.

Os resultados obtidos não se revelaram conclusivos, pelo que é sugerida uma amostragem mais detalhada, com recolha de um maior número de amostras envolvendo eventualmente outros locais representativos dos vários tipos de mineralização existentes, para estabelecer as diferenças e correlações entre elas.

Paralelamente recolheram-se amostras de solos na área de Abessêdo em Vila Boa de Ousilhão (Figura 2), com o objetivo de a caracterizar geoquimicamente, pesquisando também a presença de platinóides. Os resultados dos ensaios produzidos sobre estas amostras ainda não se encontram disponíveis.

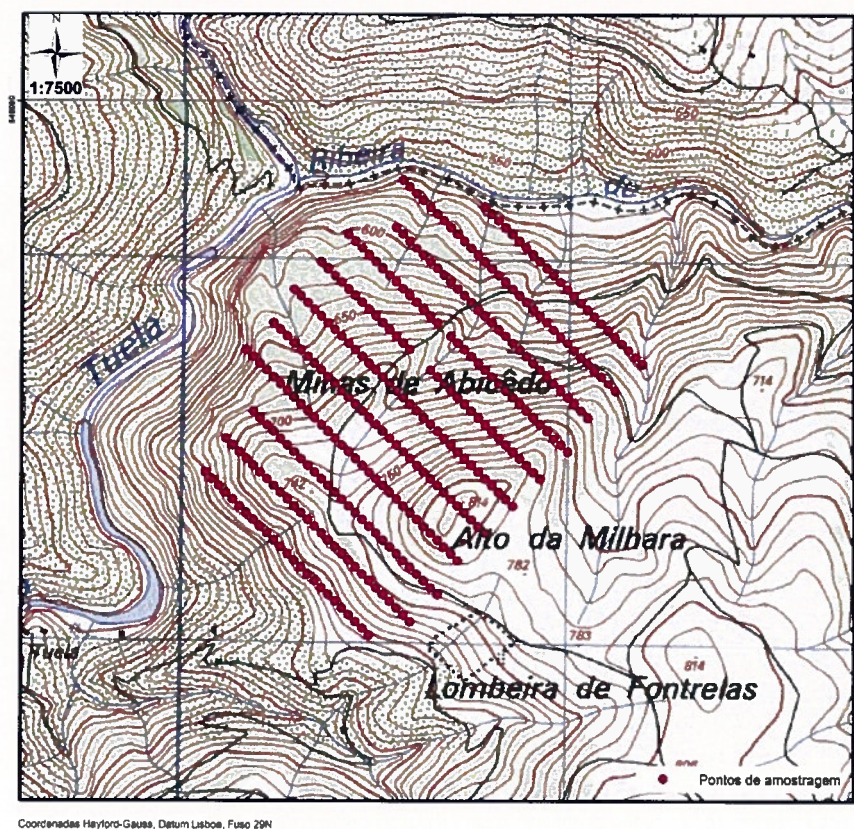


Figura 2 – Localização dos pontos de amostragem de solos - Abessêdo

Neste projeto pretende-se ainda estender a amostragem geoquímica de solos às zonas de Cabeço da Pedrosa e Valongo (Conlelas) e possivelmente Derruída (Alimonde). Serão realizados também estudos mineralógicos e análises químicas de amostras de rochas, quer de afloramentos, quer recolhidas em sanjas e galerias, assim como cartografia geológica de detalhe nas áreas seleccionadas, incluindo cartografia mineira das galerias antigas. Além dos pontos referidos anteriormente insere-se também no programa de trabalhos a execução de levantamentos de geofísica, abertura de sanjas e execução de sondagens.

Projeto Argozelo (Vimioso)

Em dezembro de 2011 foi também pela EDM contratualizada com o Estado Português uma licença para a prospeção de depósitos minerais de estanho, tungsténio, ouro, prata, cobre e sulfuretos associados, que se estende por uma faixa desde as localidades de Argozelo, a SE, à localidade de Parada, a NW, perfazendo uma área de cerca de 212 km² (figura 3)

Dentro deste polígono existem várias áreas de interesse (e.g. minas da Ribeira, minas de Paredes), onde foi produzido trabalho de campo/reconhecimento, para recolha de diversos dados (Litológicos, mineralógicos, estruturais) que posteriormente deram origem à elaboração de mapas geológicos (figuras 4 e 5).

As antigas minas de Paredes, Fontainhas, Ribeira e Argozelo situam-se na parte NE da estrutura anticlinal arqueada que circunda o maciço de Morais, ao longo da faixa Chaves-Miranda do Douro, de direção NW-SE, pertencente à sub-zona da Galiza Média-Trás-os-Montes.

As intrusões de granitoides e o sistema de fracturação existente na área condicionam, aparentemente, a localização dos referidos depósitos.

Os jazigos filonianos mais importantes, localizam-se na zona de charneira do referido antiforma e são constituídos por filões de quartzo com cassiterite, volframite e scheelite encaixados nas formações de micaxistos e grauvaques de idade Silúrica aparentemente nas proximidades de corpos graníticos.

O eixo daquele antiforma apresenta ondulações de grande amplitude condicionando igualmente a ocorrência das mineralizações de estanho e volfrâmio à escala regional.

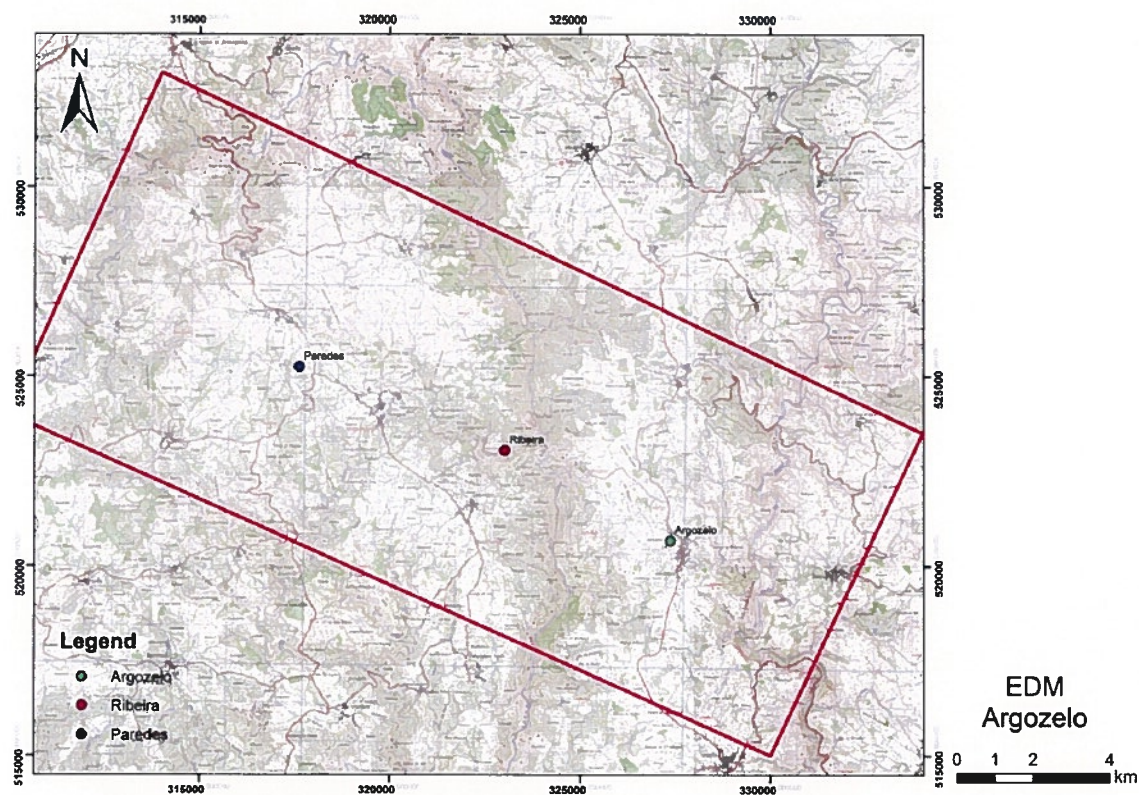


Figura 3 - Localização das áreas de interesse na concessão de Argozelo

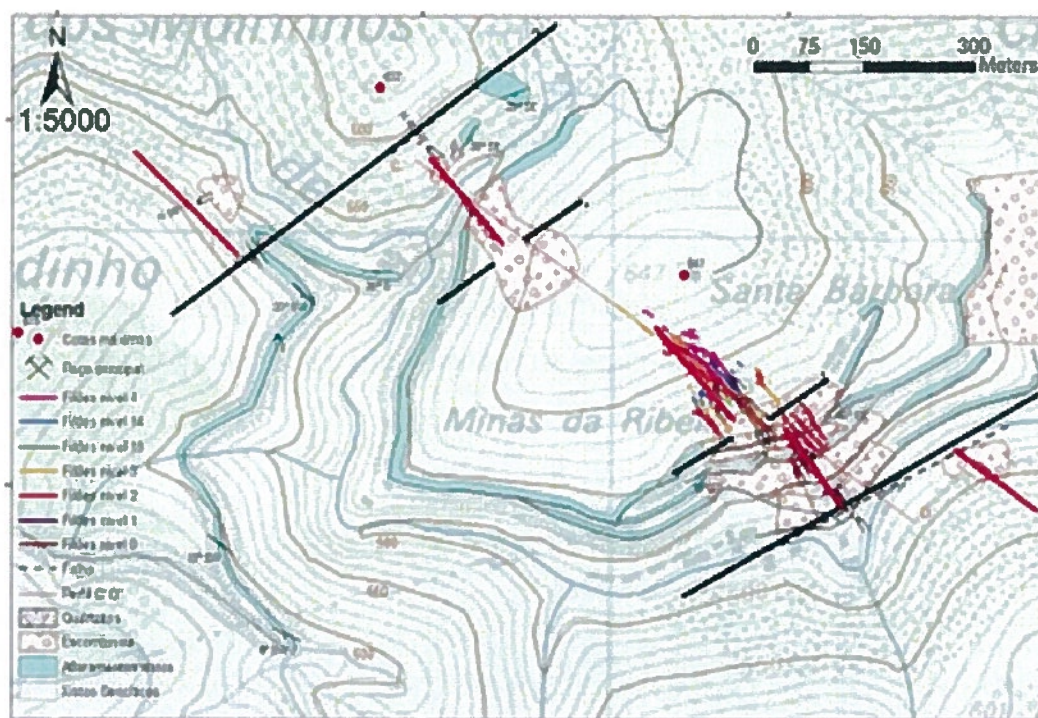


Figura 4 - Mapa Geológico de minas da Ribeira

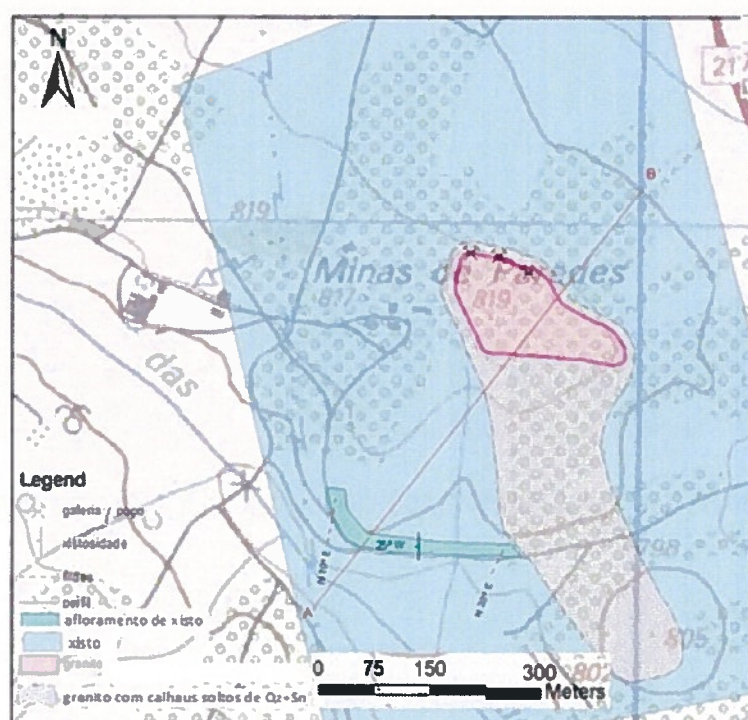


Figura 5. Mapa geológico de minas de Paredes

Para além do trabalho de cartografia geológica, iniciado em dezembro, encontra-se a decorrer uma campanha de amostragem de solos, para análise geoquímica, de áreas para o efeito selecionadas (minas de Paredes e minas da Ribeira). Igualmente foi dado início aos trabalhos preliminares com vista à aplicação de prospeção com recurso a metodologias de geofísica.

Monte das Mesas

Este pedido decorre dos trabalhos de prospeção geofísica na concessão do Gavião e que indiciaram a possibilidade de continuação das estruturas mineralizadas na direção NW. O presente pedido encontra-se em fase de análise por parte da DGEG.

Outros projetos:

No âmbito dos trabalhos de base efetuados pela EDM, foram ainda identificadas outras oportunidades que levaram a pedidos de licença de prospeção e pesquisa, designadamente em:

- Poço das Freitas/Limarinho
- Tuela

Os respetivos processos estão na fase de tramitação administrativa na Direção Geral de Energia e Geologia, sendo que para as referidas zonas surgiram igualmente pedidos de outras empresas concorrentes com os da EDM, o que está a condicionar a respetiva atribuição.

3.2.2 Atividades de valorização e aproveitamento

Na vertente relacionada com “projetos de valorização e aproveitamento económico” a EDM tem vindo a avaliar a sua participação neste tipo de projetos, constituindo-se agente catalisador de investimento internacional:

Avaliação da Viabilidade de Projetos

Gavião (Aljustrel)

O Depósito mineral é constituído por três massas principais. A massa SW – massa principal da jazida, com cerca de 600 metros de extensão, corresponde a uma massa tabular, lenticular, de direção NW-SE, com forte inclinação para NE, foi intersetada, até à data, por 22 sondagens, entre os 200 e 750 metros de profundidade. Continua por delimitar em profundidade; a massa NW no mesmo alinhamento da massa principal, mas dela separada por uma falha; e o alinhamento NE, contém várias massas de sulfuretos, em geral, de dimensões reduzidas e em distintos níveis estratigráficos, ao longo de uma faixa com cerca de 75 metros de possança. A inclinação destas massas tabulares e lenticulares, é de cerca de 75° para NE.

O trabalho efetuado no Gavião consistiu na identificação de 18 sondagens inclinadas para a referida massa principal (massa SW), de modo a apertar a malha já existente (figura 1), que tem como origem 22 sondagens realizadas pela campanha da Sociedade Mineira de Santiago, Lda., em 1970 e pelo consórcio EDM/SOMINCOR numa segunda campanha em 2008/2009.

Apesar da possibilidade da tonelagem da referida massa principal (massa SW), calculada a partir das interseções de sondagens já realizadas, poder não mudar significativamente com o aperto da malha existente, devido à consistência da referida massa mineralizada, considera-se que as sondagens adicionais propostas, permitirão melhorar o grau de confiança da estimativa de

recursos e alcançar as exigências impostas pelos códigos JORC ou CIM ao estudo de viabilidade.

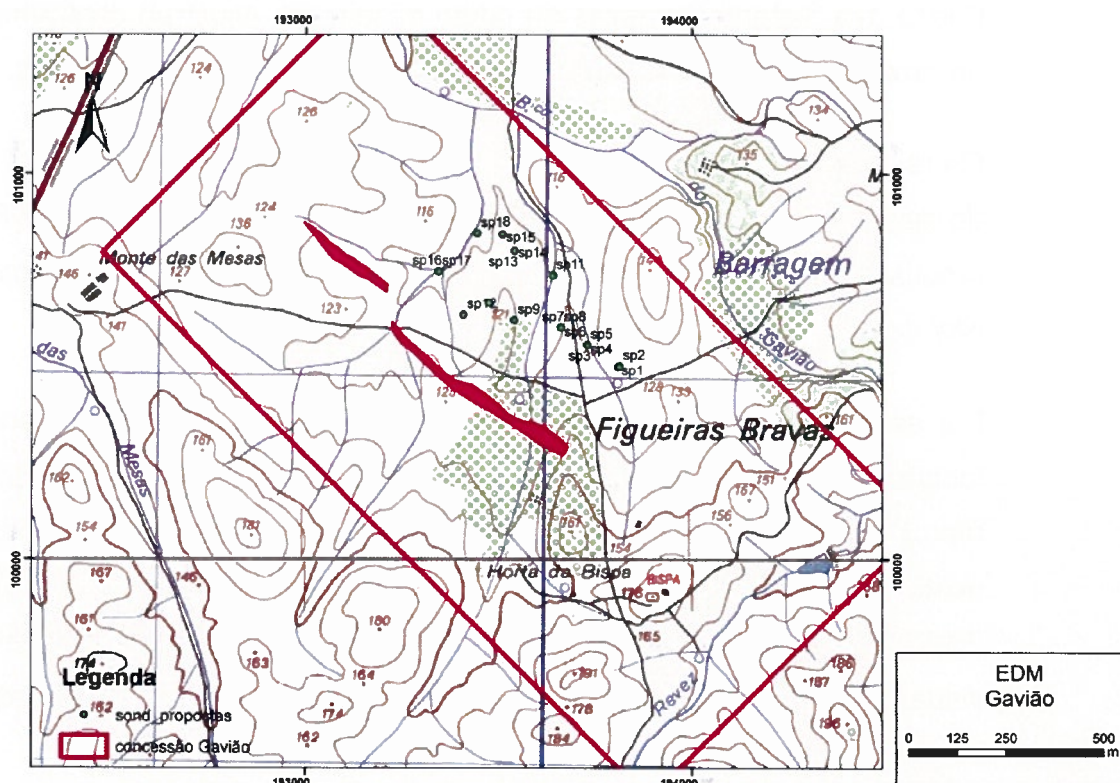


Figura 6. Localização das 18 sondagens propostas

Com o intuito de conhecer melhor a zona a NNE da concessão do Gavião e consequentemente, perceber se existem massas mineralizadas passíveis de serem prospectadas, foi requisitada a realização de geofísica pelo método TEM (eletromagnético transiente). Foram idealizados 4 perfis paralelos de orientação SW-NE com um comprimento de 1500 metros cada. Os 4 perfis distam 400 metros entre si e abrangem toda a área pretendida. As massas mineralizadas em análise são o expectável prolongamento do alinhamento Fetais – Estação, cortado e rejeitado com desligamento esquerdo de 2,5 km pelo acidente tardi-varisco de direção NE-SW – falha da Messejana. O bloco

NW, onde se encontram estas massas, o mesmo onde se encontra a massa do Gavião (que por sua vez corresponde ao prolongamento do alinhamento Algarès, Moinho, São João), encontra-se abatido em relação ao bloco SE, (bloco das restantes massas do coto mineiro de Aljustrel) conforme se infere do arraste produzido nos corpos mineralizados e estruturas variscas.

Os resultados disponíveis mostram uma possível anomalia mais a N da massa do gavião, possivelmente fazendo parte do alinhamento Estação-Fetais. Os resultados preliminares mostram também um possível prolongamento para NW da massa do gavião.

Foi ainda feita uma recolha de informação de Log's de sondagens antigas, localizadas a NW da concessão do Gavião (Rio de Moinhos). A pesquisa foi efetuada numa tentativa de identificar níveis de rochas vulcânicas ácidas (e.g. riolitos), portadoras por excelência da mineralização sulfuretada. Os dados (litológicos, geoquímicos) foram introduzidos no *software* Target para visualização em 2D e 3D das estruturas existentes, contribuindo para o progressivo conhecimento desta zona em estudo.

Jales/Gralheira

A EDM requereu uma licença de exploração experimental para a zona que engloba a antiga mina de Jales e da Gralheira. No entanto o processo ainda se encontra em fase de tramitação administrativa face a pedidos semelhantes de outras empresas, situação que condiciona a respetiva atribuição.

Este projeto é de grande relevância, face à potencialidade identificada, bem como pelo acervo de informação detido pela própria empresa.

Fruto do abandono precoce da anterior concessionária a EDM assumiu a gestão de todos os bens que ali se encontram, nomeadamente equipamento e testemunhos das sondagens.



Semblana

A **faixa piritosa** é um ativo mineiro nacional de elevado interesse, o qual continua a ser observado atentamente por parte da EDM.

Tendo em consideração o “**Acordo de parceria**” estabelecido com a Somincor, em 2005, e o facto de ter sido identificada uma massa mineral de elevado interesse económico, denominada como Semblana, a EDM continuou a acompanhar os trabalhos de prospeção realizados pela Somincor.

Apesar dos trabalhos de prospeção ainda se encontrarem numa fase inicial, as informações fornecidas pelas sondagens realizadas indicam que se trata claramente de um mineral de elevado interesse económico, a justificar a ponderação do acionamento do direito de opção até 15%, oportunamente acordado entre a EDM e a Somincor.

3.2.3 Acompanhamento de iniciativas no exterior

O ano de 2011 fica marcado pelo prosseguimento dos contactos no exterior com vista à identificação de oportunidades designadamente no território moçambicano.

Moçambique

Em agosto de 2011 foi assinado um Memorando de Cooperação Económica, Técnica e Científica, entre a EDM e a EMEM, no qual as empresas se comprometem a cooperar dentro dos patamares enunciados visando a criação de uma plataforma de colaboração em diversas áreas mineiras.

A assinatura deste documento permitiu criar um instrumento geral que dará enquadramento a todas as áreas de colaboração a criar futuramente.

Fruto deste protocolo será possível realizar um vasto programa de prospeção nas zonas onde atualmente o conhecimento geológico é relativamente reduzido, mas onde é assumido que poderão estar localizados alvos mineiros de elevado interesse.

A Direção Nacional de Geologia de Moçambique foi chamada para prestar assistência à seleção de áreas a intervir, encontrando-se a decorrer as investigações técnicas, de modo a avaliar os diversos potenciais existentes. As matérias-primas consideradas como prioritárias neste momento são:

- Metais básicos (cobre, níquel, zinco, chumbo, etc.)
- Minerais estratégicos (tântalo, nióbio, terras raras, tungsténio, etc.)
- Ouro
- Urânio

No quadro da alínea a) do artigo 1º do protocolo EDM/EMEM e em articulação com a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) e com a Direção Nacional de Geologia de Moçambique, avançou-se com a realização de um estudo abrangente dedicado aos recursos minerais de Moçambique, que visa atualizar, em versão de língua portuguesa, uma publicação de 2004 e que só existe em inglês, situação que possibilita o acesso à totalidade da informação geológica e mineira de base (incluindo petróleo e gás natural), relevante para a criação de novas parcerias, quer com a EDM quer com outras empresas nacionais.

3.2.4 Outras atividades

No contexto do novo posicionamento sobre o desenvolvimento do setor mineiro a nível nacional, que se refletiu no nível de realização de algumas atividades previstas no Plano para 2011, a EDM procedeu ao acompanhamento estreito da elaboração do Plano de Aproveitamento dos Recursos Geológicos que irá suportar a definição de uma Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos, que aliás está prevista no Relatório do Orçamento de Estado para 2012.

3.3 Atuações diversas

Foram continuadas ou desenvolvidas atuações noutros domínios, de que se destacam:

3.3.1 Protocolo DGEG/EDM

No âmbito do protocolo existente entre a DGEG/EDM e para além das ações já descritas no capítulo referente à atividade no domínio técnico-ambiental, continuaram a ser desenvolvidas um conjunto de atividades de dinamização e promoção do setor dos recursos geológicos e de que se destacam:

Cluster da Pedra Natural

Trata-se de um projeto dinamizado pelo CEVALOR, envolvendo diversas entidades a nível nacional. A EDM apoiou a criação da “Associação Valor Pedra” constituída em 2009, sendo um dos associados fundadores da mesma. Em 2011 a EDM continuou a sua colaboração com esta entidade com o objetivo de dinamizar o setor.

Roteiro de Minas

O “Roteiro das minas e pontos de interesse mineiro e geológico de Portugal”, uma iniciativa enquadrada no protocolo assinado entre a EDM e a DGEG, está disponível na web desde maio de 2010 e tem entre os seus objetivos a divulgação científica dos temas mineiros e geológicos, o aproveitamento do potencial de desenvolvimento dos territórios associados às atividades extrativas e a criação de uma imagem pública favorável à atividade mineira.

O Roteiro, por sua vez, foi sujeito a um protocolo específico entre as duas entidades atrás mencionadas e 26 parceiros, responsáveis no terreno por um conjunto de iniciativas de enquadramento institucional, de dimensão e características diferenciadas, necessariamente relacionadas com a geologia e minas.

O “Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal” tem entre os seus objetivos particulares dar visibilidade a iniciativas dirigidas a diversos públicos, sempre com a preocupação da promoção da literacia científica, da salvaguarda do património e da segurança dos locais. Muitas dessas iniciativas locais estão relacionadas com os trabalhos realizados ou em realização pela EDM, procurando-se um efetivo aproveitamento desses espaços, nomeadamente pelas populações locais. Presentemente o roteiro conta, conforme referido, com 26 parceiros, envolvendo 28 locais, e cerca de 100 pontos de interesse mineiro e/ou geológico passíveis de visita.

Dos desenvolvimentos ocorridos durante o ano de 2011 destacam-se

- Plataforma informática: foi dado por concluído o *website* do projeto e a ferramenta informática de suporte nas suas componentes mais finas;

- Conteúdos em língua inglesa e língua espanhola: foi assegurada a tradução dos conteúdos do website para as línguas inglesa e espanhola;
- Encontro anual de Parceiros: realizou-se em Aljustrel (outubro de 2011) a convite da respetiva autarquia o encontro anual.;
- Colaboração com entidades externas: a fim de garantir a adequada visibilidade das atividades do Roteiro e dos seus Parceiros foram estabelecidos e aprofundados os contactos com outras entidades externas ao Roteiro, onde podemos destacar o Turismo de Portugal IP, as Entidades Regionais de Turismo e as Agências de Promoção Turística (Porto e Norte de Portugal, Alentejo);

Outras atividades

Ainda neste domínio concretizaram-se ações diversas de promoção do património geológico-mineiro, sendo de relevar a colaboração em 2 publicações relacionadas com os recursos minerais: “Volfro-Esboço de uma teoria geral do *rush* mineiro – o caso de Arouca” e “Recursos Geológicos de Portugal” que sistematiza as potencialidades do território nacional.

3.3.2 Stock urânio

A EDM continua a assegurar o armazenamento em condições de segurança do *stock* de concentrados de U3O8 que, em 1984, fora afeto ao então INETI, agora LNEG. Este *stock* de concentrado de U3O8, que à data, totaliza 198,5 toneladas, vem sendo objeto de visitas aleatórias para controlo, quer do EURATOM quer da AIEA, tendo a referente a 2011 sido realizada em setembro.

3.3.3 Caracterização radiológica do parque habitacional da ex-ENU/Urgeiriça

Na sequência da assinatura de Protocolo com a Comissão de Moradores dos Bairros Mineiros da Urgeiriça, em 14 de abril de 2008, com vista à medição dos níveis de radão nas habitações e a eventuais intervenções, e após definição dos tipos dessas intervenções em consequência do estudo de caracterização radiológica efetuado pelo Departamento de Ciências da Terra, da Universidade de Coimbra, desencadeou-se o processo de realização de obras nas 3 casas piloto prevista no protocolo, que deverão ocorrer em 2012.

3.4 Participada EDM-Empresa de Projetos Imobiliários

A EDM, totalmente detida pela EDM, tem como objetivo valorizar o património imobiliário que lhe está afeto e que corresponde, no essencial, aos prédios rústicos e urbanos que por força do encerramento das empresas mineiras, transitaram para a esfera patrimonial da EDM.

No caso concreto dos imóveis transmitidos pela ex-ENU, há a registar o facto de que a maioria corresponde a terrenos que requerem intervenções de natureza ambiental, não estando pois nas condições necessárias para uma eventual rentabilização ou, mesmo alienação.

No exercício de 2011, a sociedade alienou alguns imóveis em Aljustrel e manteve a atividade de administração de imóveis próprios, sendo de realçar, pela sua importância, o Loteamento Casas do Moinho (Cerro do Malpique), em Aljustrel, cuja receção provisória por parte da Câmara Municipal ocorreu em janeiro de 2011. A

comercialização deste loteamento não está a ter o desenvolvimento pretendido fruto da situação de crise que o país atravessa, sendo determinante para este processo a falta de financiamento bancário.

No princípio do ano ultimou-se o processo de valorização do património no quadro das orientações do SNC, que pela sua complexidade e dispersão geográfica não foi possível concluir em 2010, o que levou à identificação de uma imparidade que foi contabilizada no capital próprio, por se tratar de alterações que não resultam de factos atribuíveis ao ano.

Relativamente às contas do exercício de 2011, destacam-se os valores relativos a Vendas e Serviços Prestados (€ 373.670,34), variação negativa nos Inventários de Produção (€ 70.573,34) e Fornecimentos e Serviços Externos (€ 134.013,18).

O resultado líquido do exercício de 2011 foi de € 45.335,74, e o capital próprio em 31 de dezembro de 2011 foi reduzido para € 925.814,30, sobretudo devido à contabilização dos ajustamentos em ativos tangíveis no quadro da aplicação das orientações do SNC, atrás referidas.

Durante o exercício foi possível à EDMI reembolsar € 250.000,00 dos suprimentos efetuados anteriormente pela EDM.

IV. RECURSOS HUMANOS

O número médio de trabalhadores da EDM durante 2011 foi de 20 dos quais 4 com contrato a termo e 2 estagiários. Em 2011 não foram efetuadas quaisquer valorizações remuneratórias tendo sido aplicadas as reduções salariais decorrentes da Lei nº 55- A/2010, de 31 de dezembro. Estas reduções abrangeram 70% dos trabalhadores.

Foram contratados para a área dos recursos minerais ao abrigo do programa de estágios profissionais do IEFP, dois estagiários da especialidade de geologia.

Foi preocupação da empresa o desenvolvimento da formação profissional contínua dos seus colaboradores designadamente na área técnico-ambiental.

V. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Os aspetos mais relevantes do exercício de 2011 foram os seguintes:

- Distribuição de resultados líquidos ao acionista, no montante de € 130.694,01 efetuada em novembro de 2011, conforme deliberado na sessão da Assembleia Geral de 19 de outubro de 2011;
- Realização de investimentos no âmbito da concessão para a recuperação ambiental, no montante de € 5.667.798,39;
- Realização de investimentos no âmbito da segurança, recuperação de solos, pedreiras abandonadas e manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas no valor de € 1.970.303,37;
- Recebimento do montante de € 4.039.860,55 do QREN, correspondente a investimentos elegíveis dos projetos de recuperação ambiental;
- Recebimento do montante de € 1.312.500,00, relativo a parte dos investimentos da concessão “não elegíveis” a fundos comunitários referentes aos anos de 2008 e 2009; no final do ano encontrava-se por receber o montante global de € 1.944.919,74, relativos a pedidos de reembolso de despesas não elegíveis desses dois anos;
- Recebimento do montante de € 122.905,07 relativo à armazenagem e vigilância dos concentrados de urânio;
- Recebimento do montante de € 167.828,78, relativo ao contrato de cessão de créditos celebrado com a CPPE em 1997;
- Pagamento à Caixa Geral de Aposentações, no montante de € 172.363,23, relativo a pensões de ex-trabalhadores das extintas JEN e ENU.

Por último é de referir que durante o exercício não houve qualquer decisão relativa ao processo de contencioso sobre IVA a pagar ao Estado, processo que tendo sido dado por extinto pela DGCI no início de 2010, foi revogado pela Direção de Finanças em julho de 2010, e notificada a EDM para pagamento do montante global de € 1.043.087,91.

Este processo teve origem numa liquidação adicional de IVA relativa a imposto de 1988 a 1992, baseado numa interpretação da Administração Fiscal diferente da utilizada pela empresa no que concerne ao tipo de operações enquadráveis em sede de IVA. Idêntico procedimento foi aplicado pela Administração Fiscal nos anos subsequentes.

Contudo em fevereiro de 2010 a EDM foi notificada da extinção do primeiro processo de execução por prescrição das dívidas exequendas e libertadas as Garantias bancárias existentes. Em julho de 2010 a EDM foi confrontada com as notificações dos processos nºs 3255199301032364 e 3255199301034596 para pagamento dos montantes de € 997.091,76 e de € 45.996,15, respetivamente, compreendendo imposto e juros de mora. Analisada a situação foram solicitados os fundamentos destas notificações, interposto recurso hierárquico e deduzida oposição em Tribunal, tendo sido prestadas novas garantias bancárias. Aguarda-se a decisão do Tribunal.

Os documentos de prestação de contas do exercício, Balanço e Demonstração de Resultados e anexos, evidenciam:

- Resultado líquido positivo de € 1.140.326,25;
- Vendas e serviços prestados, no montante de € 202.082,97, relativos a armazenamento do *stock* de urânio;

- Trabalhos para a própria entidade no valor de € 737.008,27, que se referem à componente interna dos projetos da área de recuperação ambiental e de segurança;
- Fornecimentos e Serviços Externos, no valor de € 580.500,83, em que se destacam as subcontas de trabalhos especializados (€ 167.588,45), de energia e fluidos (€ 75.140,52), vigilância e segurança (€ 62.644,91); o valor apurado é inferior em 26,4% relativamente ao ano anterior e 41,3% inferior ao registado em 2009;
- Gastos com pessoal, no montante de € 1.125.720,94, que incluem as remunerações e encargos sociais dos membros dos órgãos sociais no montante de € 271.637,12 e as remunerações e encargos sociais do pessoal no montante de € 704.668,88; o valor registado é inferior em 18,6% ao valor registado em 2010, em consequência das reduções remuneratórias e de alterações no quadro de pessoal;
- Outros rendimentos e ganhos, no montante de € 1.535.824,23 que compreendem rendimentos suplementares de € 153.330,48, ganhos relativos à participada EDMI de € 45.335,74, outros proveitos operacionais de € 257.147,94 e outros rendimentos em ativos financeiros de € 1.080.010,07; sublinhe-se que a inclusão desta última parcela resulta da contabilização da remuneração do capital afeto à concessão que passou a ser contabilizada na subconta 7868 - Rendimentos e outros ganhos, por se considerar mais adequada à realidade da sua natureza de instrumento de financiamento da concessão da recuperação ambiental, tendo presente o enquadramento da remuneração bem como o SNC que entrou em vigor em janeiro de 2010;
- Outros Gastos e Perdas no montante de € 170.637,22 dos quais € 12.210,43 se referem a impostos e taxas, € 154.039,42 a correções de exercícios anteriores e € 4.387,37 a outros;
- Imparidades relativas a valores de outros investimentos financeiros no montante de € 159.615,33;

- Gastos de amortizações, no montante de € 89.896,30;
- Juros e rendimentos similares obtidos de € 816.980,98 relativos a rendimentos de aplicações financeiras;
- Juros e gastos similares suportados de € 3.965,14;
- Imposto sobre o rendimento do período no montante de € 21.234,44 relativo a tributação autónoma e derrama;
- Ativo não corrente, no valor de € 15.943.517,72, no qual se incluem os créditos sobre a EDMI (€ 6.166.757,55) e os investimentos nos projetos de recuperação ambiental e prospeção (€ 3.777. 901,82);
- Ativo corrente no montante de € 43.299.814,12;
- Passivo não corrente de € 2.446.068,65, dos quais € 2.199.081,31 relativos a provisões;
- Passivo corrente de € 16.022.351,36, dos quais € 14.787.140,65 respeitam a adiantamentos recebidos para financiamento de investimentos a realizar;
- O Ativo Líquido em 31 de dezembro de 2011 é de € 59.243.331,84 e o Capital Próprio de € 40.774.911,83.

VI. SOCIEDADE E GOVERNANCE

6.1 Governo da Sociedade

6.1.1 Missão, objetivos e políticas da empresa

Missão

- Proceder, na qualidade de representante do dono da obra, o Estado, à recuperação ambiental de antigas áreas mineiras abandonadas, tendo em vista a sua reabilitação e valorização económica, atuando no âmbito da Concessão que para o efeito lhe foi outorgada (Decreto-Lei nº198-A/2001, de 6 de julho).
- Conceber e executar, por si só ou em joint ventures, projetos de prospeção, pesquisa, avaliação e aproveitamento de recursos geológicos da Base de Recursos correspondente ao território nacional.
- Desenvolver estudos e prestar serviços nos domínios das geociências, ciências da engenharia, energia e ambiente, bem como cooperar com outras entidades, no país ou no exterior, em projetos de investigação de interesse comum.
- Servir de instrumento do Governo na assessoria técnica especializada e em intervenções estratégicas no domínio geológico-mineiro, no país e no estrangeiro.

Objetivos Gerais

- Otimizar a gestão de ativos da empresa e criar valor para o acionista.
- Contribuir para maximizar o conhecimento dos recursos minerais do País, a sua valorização e aproveitamento económico.

- Recuperar e valorizar, na vertente ambiental, as antigas áreas mineiras degradadas e abandonadas, bem como monitorizar e controlar efluentes, em especial os das antigas minas de urânio, de molde a cumprir as normas internacionais que regulam o setor.

Embora não tendo sido celebrados contratos de gestão nem objetivos quantificados a apreciação da atividade desenvolvida em 2011 permite concluir, pelo nº de candidaturas apresentadas aos Programas Comunitários e pelo volume de investimentos em curso face aos meios disponibilizados para o efeito pelo Concedente, que os objetivos foram alcançados no quadro do cumprimento das orientações específicas, conforme se refere também em 6.2.

6.1.2 Regulamentos internos e externos

A EDM, na sua qualidade de empresa do Setor Empresarial do Estado, está sujeita aos diversos procedimentos em vigor para este setor, nomeadamente o dever de informação à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e à Inspeção-Geral de Finanças.

Internamente, existem regulamentos relativos à estrutura orgânica, delegação de competências, plano de pensões, despesas de saúde, assiduidade, seguro de vida.

No que se refere ao “Contrato de concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas”, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 93/2001, de 9 de agosto, e renovado por mais 4 anos pela RCM nº62/2011, de 15 de dezembro, a empresa tem as obrigações nele estipuladas.

6.1.3 Informação sobre transações relevantes com entidades relacionadas

No exercício de 2011, a EDM não realizou qualquer negócio ou operação com empresas participadas que se possam considerar relevantes em termos económicos.

6.1.4 Informação sobre outras transações

No âmbito dos projetos de recuperação ambiental a empresa seguiu os procedimentos relativos à legislação sobre contratação pública, os quais a partir de 29 de julho de 2008 seguem o disposto no novo Código dos Contratos Públicos.

Nas outras aquisições os procedimentos adotados variam conforme a relevância das aquisições, sendo usadas quer a adjudicação precedida de consulta prévia, quer o ajuste direto.

As transações ocorridas verificaram-se em condições de mercado.

Em 2011 registaram-se transações superiores a 1 milhão de euros, associadas a empreitadas relativas aos projetos, com as seguintes entidades:

- MT3 – Engenharia e Obras, LDA - € 1.078.680,89 (não inclui IVA);
- Tomás Oliveira-Empreiteiros, SA - € 1.121.702,12 (não inclui IVA).

6.1.5 Modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais

O governo da sociedade está a cargo do Conselho de Administração. Os órgãos sociais são os seguintes:

- Mesa da Assembleia Geral
- Conselho de Administração
- Fiscal Único

Os órgãos sociais para o triénio 2010-2012 foram eleitos na Assembleia Geral realizada em 4 de junho de 2010, com a seguinte composição:

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente – Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes
- Secretária – Maria Manuela Marçal Batista Salvador

Conselho de Administração

- Presidente – Rui da Silva Rodrigues
- Vice-Presidente – Mário Jorge Ferreira Guedes
- Vogal Executivo – José Manuel Gaspar Nero

Fiscal Único

- ROC Efetivo – “RSM - Patrício, Moreira, Valente & Associados”, SROC representada por Joaquim Patrício da Silva
- ROC Suplente – Alberto Arnauth Ribeiro

Comissão de Fixação de Vencimentos

- Presidente: Filomena Maria Amaro Vieira Martinho Bacelar
- Vogal: Sara Alexandra Ribeiro Pereira Simões Duarte Ambrósio
- Vogal: Cristina Maria Pereira Leite

Atribuições do Conselho de Administração

A gestão da sociedade está atribuída ao Conselho de Administração, cujas funções estão definidas no artigo 13º do contrato de sociedade e no Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho é composto por 3 membros, com funções executivas:

Rui da Silva Rodrigues

Presidente

Estratégia; Representação Exterior; Coordenação Geral; Gestão Financeira; Comunicação; Cumprimento das deliberações.

Mário Jorge Ferreira Guedes

Vice-Presidente

Gestão Administrativa; Recursos Humanos; Valorização dos Recursos Minerais; Participadas na vertente de Valorização dos Recursos Minerais e EDMI; Relações Institucionais na vertente de Valorização dos Recursos Minerais; Substituição do Presidente.

José Manuel Gaspar Nero

Vogal

Gestão Técnico-Ambiental e Concessão; Projetos de Investigação; Segurança de minas dos radioativos; Participadas na vertente Ambiental e EDMI; Relações Institucionais na vertente Ambiental.

Fiscal Único

A fiscalização da sociedade está atribuída a um Fiscal Único que é Revisor Oficial de Contas.

Auditor

O auditor externo da Empresa é a BDO & Associados.

6.1.6 Remunerações dos membros dos órgãos sociais

Nos mapas que se seguem apresentam-se informações sobre remunerações dos membros dos órgãos sociais, relativamente ao mandato atual, bem como de outros dados relevantes.

Mesa da Assembleia Geral

Aos membros da Mesa da Assembleia-Geral estão atribuídas, de acordo com a ata da Comissão de Fixação de Vencimentos datada de 20 de dezembro de 2004, senhas de presença nos valores de € 581,19 e de € 365,93, para a Presidente e Secretária respetivamente. Os valores pagos foram reduzidos, por indicação dos próprios, em 10%.

Senhas de presença (€)	Presidente	Secretário
2011	523	329

Órgão de Fiscalização

Fiscal Único

Fiscal Único	2010	2011 **
Remuneração anual auferida (€)	12.240	12.240

** Em 2011 foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2011 (Lei OE/2011) SIM ☒ Não ☐
Face à informação disponibilizada não implicou redução.

Conselho de Administração

As remunerações dos membros do Conselho de Administração, foram fixadas na Assembleia Geral de 4 de junho de 2010, com as reduções de 5% e de 10% decorrentes, respetivamente, da aplicação do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 de 30 de junho e do artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro.

Remunerações 2011

(Valores anuais, por membro e apresentados em euros)

Período 1 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011

	Presidente	Vice-Presidente	Vogal Executivo
1. Remuneração			
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€)	86.496	79.141	73.994
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)	4.325	3.957	3.700
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)	8.217	7.518	7.029
1.4. Remuneração Anual Efectiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€)	73.954	67.666	63.264
1.5. Senha de presença (€)	0	0	0
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)	0	0	0
1.7. Remuneração variável (€)	0	0	0
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)	0	0	0
1.9. Outras (identificar detalhadamente) (€)	0	0	0
2. Outras regalias e compensações			
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€)	não definido		
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)	não autonomizado face ao contrato global		
2.3. Subsídio de deslocação (€)	0	0	0
2.4. Subsídio de refeição (€)	3.675	3.630	3.585
2.5. Outras (identificar detalhadamente) (€)	0	0	0
3. Encargos com benefícios sociais			
3.1. Regime de Proteção Social (€)	7 863,66	14 158,11	13 259,44
3.2. Seguros de saúde (€) (1)	1.375	688	1.375
3.3. Seguros de vida (€) (1)	1.413	1.413	1.413
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)	0	0	533
3.5. Outros (identificar detalhadamente) (€)			
4. Parque Automóvel			
4.1. Marca	Mercedes	Alfa Romeo	BMW
4.2. Modelo	E220	159SW	320D
4.3. Matrícula	09-DO-90	62-JS-08	92-IS-66
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)	ALD	ALD	ALD
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)	57.583	35.575	43.300
4.6. Ano Início	2007	2010	2010
4.7. Ano Termo	2011	2014	2014
4.8. Nº Prestações (se aplicável)	48	48	48
4.9. Valor Residual (€)	0	4,13+IVA	744
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)	5.869	9.617	12.491
4.11. Combustível gasto com a viatura (€) (2)	5.301	4.454	2.877
4.12. Plafond anual Combustível atribuído (€)	não definido		
4.13. Outros (identificar detalhadamente) (€)	0	0	0
5. Informações Adicionais			
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	Não	Não	Não
5.2. Remuneração líquida Anual pelo lugar de origem (€)	-	-	-
5.3. Regime de Proteção social			
5.3.1. Segurança social (s/n)	Não	Não	Não
5.3.2. Outro (indicar)	CGA		
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n) (3)	Não	Não	sim
5.5. Outras (identificar detalhadamente)	-	-	-

1. Apólice de grupo. Valores apurados pela divisão do prémio anual pelo nº de colaboradores abrangidos.
2. As viaturas são utilizadas na deslocação às várias zonas onde a EDM tem intervenções (de norte a sul do país).
3. O caso assinalado refere-se a funções de docência no ensino superior público.

Auditor Externo

A auditoria externa é efetuada pela sociedade BDO & Associados, SROC.

	2010	2011 **
Auditor Externo		
Remuneração anual auferida (€)	16.440	16.440

** Em 2011 foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2011 (Lei OE/2011) SIM ☒ Não
Face à informação disponibilizada não implicou redução.

6.1.7 Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

§-“Estratégias adotadas”

– No domínio técnico-ambiental:

- Prosseguir, no quadro do contrato de concessão, as ações de recuperação ambiental das áreas mineiras abandonadas, maximizando o número e montante de candidaturas aos fundos comunitários face aos recursos nacionais afetos;
- Efetivar a celebração do contrato que reflita a renovação com o Estado do contrato de concessão por mais 4 anos, nos termos previstos na RCM nº 62/2011, de 15 de dezembro;
- Desenvolver as atuações ao nível da segurança em antigas zonas mineiras, de acordo com o plano estabelecido pela DGEG, enquanto entidade com competência na matéria;
- Incrementar as ações de segurança e enquadramento paisagístico de antigas pedreiras;

- *No domínio dos Recursos Minerais:*
 - Realização de atividades de prospeção e inventariação de recursos minerais conducentes a uma melhoria do conhecimento da “base de recursos minerais” do território nacional e no estrangeiro por via preferencial da participação em Consórcios;
 - Avaliação económica de projetos de prospeção que justifiquem avançar para a fase de pré-viabilidade e participação em investimentos com sustentabilidade demonstrada, preferencialmente em consórcios;
 - Estabelecimento de atividades de cooperação preferencial com os países da CPLP nos domínios da prospeção e pesquisa e aproveitamento de recursos;
 - Participar em ações de promoção e valorização o património geológico-mineiro nacional;
- *No domínio da estrutura e da organização da empresa:*
 - Otimizar a gestão dos ativos.
 - Desenvolver uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, tendo em atenção as dimensões económica, ambiental, social e ética.

§-“Grau de cumprimento das metas fixadas”

Da confrontação das propostas oportunamente apresentadas e constantes do Plano de atividades e Orçamento para 2011, com os resultados obtidos, conclui-se que, no âmbito estrito das respetivas competências e responsabilidades do Conselho de Administração, os objetivos visados foram

alcançados, como se evidencia designadamente pelos valores dos resultados líquidos registados.

§-“Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade”

A eficiência económica, financeira, social e ambiental têm constituído uma meta da atividade da EDM com vista a garantir a sua sustentabilidade.

Para alcançar este objetivo têm vindo a ser prosseguidas políticas de rigor e contenção na aplicação dos fundos da empresa e de diversificação do seu “core”, cujo enquadramento estratégico se apresenta no parágrafo relativo a estratégias adotadas.

O seu desenvolvimento em políticas mais detalhadas consta do capítulo VI - Perspetivas futuras” deste Relatório e Contas, o qual sintetiza as ações a desenvolver incluídas no Plano e Orçamento para 2012, oportunamente apresentado para aprovação pelos acionistas e já objeto de parecer favorável da tutela.

Prevê-se que a EDM reforce o seu posicionamento quer no domínio técnico - ambiental quer no dos recursos minerais, assumindo-se como um centro de competências capaz de aplicar as melhores práticas de remediação ambiental nas áreas mineiras e de mobilizar os agentes internos para uma atuação mais ativa no conhecimento, aproveitamento e valorização dos recursos minerais nacionais.

§-“Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa”

A estratégia de diversificação adotada com o reforço da intervenção na vertente de Recursos Minerais visa, também, proporcionar à empresa melhores condições de sustentabilidade face à tarefa principal até agora desenvolvida assente na área de remediação ambiental, no quadro do contrato de concessão celebrado com o Estado ao abrigo do decreto-lei nº 198-A/2001 de 6 de julho, renovado por mais 4 anos através da RCM nº62/2011, de 15 de dezembro.

Importa ter presente que o lançamento de novos projetos de remediação ambiental já anteriormente identificados e integrantes do documento acordado com os Ministérios da Economia, Inovação e desenvolvimento e do Ambiente e Ordenamento do Território (Documento Enquadrador - Recuperação do Passivo Ambiental Eixo Prioritário III- POVT, Grupo de Trabalho Despacho 28176/2007 de 14 de dezembro, MAOTDR e MEI), está condicionado à afetação que seja possível garantir de recursos financeiros para cobrir as componentes nacionais, envolvendo também as despesas não elegíveis aos fundos estruturais.

§-“Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

- **Responsabilidade social**, designadamente, garantia da promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e da não discriminação; gestão adequada do capital humano da empresa e adoção de práticas ambientalmente corretas

- **Desenvolvimento sustentável**, nomeadamente, criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades), promoção da proteção ambiental e contribuição para a inclusão social
- **Serviço público** e de satisfação das necessidades da coletividade”

Pensar a sustentabilidade, a cidadania, a responsabilidade social, a ética empresarial e outros conceitos que remetem para o bem comum, está hoje e nos últimos anos, no alicerce de uma consciência global.

Tal contexto impregna as ações empresariais e mais ainda as que fazem parte de setores que têm uma memória social “torturada” como é o caso do setor extrativo. Deste, o setor mineiro deixou feridas visíveis, que hoje são assumidas por alguns governos nacionais e autoridades locais. É o caso do Governo português e da responsabilidade que por via deste é atribuída à EDM na recuperação das antigas minas abandonadas cuja gestão respeita os princípios inerentes a diversas dimensões da atividade empresarial: a “**responsabilidade social**”, o “**desenvolvimento sustentável**” e “**serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade**”.

De facto, a estratégia da EDM:

- Observa os princípios da **responsabilidade social** traduzidos
 - Na garantia de promoção da igualdade de oportunidades e no respeito pelos direitos humanos e de não discriminação;
 - Na gestão adequada do capital humano da empresa, em que a EDM tem procurado valorizar e premiar o desempenho dos seus colaboradores, dentro das limitações existentes. Existe também um conjunto de seguros dos ramos saúde, vida e acidentes. A Empresa

tem em vigor, desde 1990, um plano de pensões com o objetivo de complementar a pensão da segurança social. Este plano, que era de benefício definido, foi alterado em 2006 para um plano de contribuição definida e simultaneamente contributivo.

- E, principalmente, na adoção de práticas ambientalmente corretas.
- Promove o **desenvolvimento sustentável**, pois os princípios orientadores de desenvolvimento que estão em consonância com os princípios básicos do Desenvolvimento Sustentável, ou seja, éticos e de boa gestão, são os seguintes:
 - Assegurar a eficácia das ações segundo as melhores práticas, garantindo o cumprimento dos requisitos da Concessão que servem de suporte à sua missão, objetivos e gestão.
 - Promover a aprendizagem, adaptabilidade e inovação tendo em atenção a redução, prevenção e minimização dos impactos ambientais das ações.
 - Garantir a transparência e o “Bom Governo” através da comunicação, diálogo e participação com os stakeholders da empresa, em particular as comunidades locais, potenciando a salvaguarda dos seus interesses.
 - Conciliar os interesses comuns entre os municípios e regiões das áreas mineiras a recuperar e os objetivos da EDM, dado que ambos os interesses se relacionam com as necessidades de conservação da natureza, a segurança e a gestão do bem público, e a gestão e o planeamento do território nacional. A EDM comunica com estas instituições através de reuniões ao longo do todo o ciclo de vida de cada um dos projetos de recuperação ambiental, sendo de realçar a instituição de um diálogo profícuo no sentido da dupla contribuição para a recuperação das áreas mineiras degradadas mas

principalmente da valorização sócio-económica das áreas recuperadas.

- E rege-se pelos princípios da **missão de serviço público**, que contribuem para o bem comum e é fonte inequívoca de orientação das práticas de Responsabilidade Social e da sua avaliação, na medida em que na génese da sua principal atividade estão integrados objetivos de Responsabilidade Social associados à recuperação ambiental mineira e valorização socioeconómica das minas abandonadas, que dão consistência inegável à contribuição da EDM para a Sustentabilidade.

§-“*Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente, pela via da investigação, inovação, desenvolvimento, e da integração de novas tecnologias no processo produtivo*”

§-“*Planos de ação para o futuro*”

No Plano de Atividades para 2012, oportunamente apresentado, foram identificados vários projetos e iniciativas de alcance estratégico, com vista a consolidar a atividade da empresa e a garantir a sua sustentabilidade a longo prazo. No item “Perspetivas futuras” deste relatório procede-se ao enquadramento estratégico dessas ações.

6.1.8 Avaliação do grau de cumprimento dos princípios do bom governo

As características específicas atuais da empresa – acionista único; atividade operacional centrada no cumprimento dos objetivos definidos no “Contrato de concessão para a recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas” (Decreto-Lei nº 198-A/2001, de 6 de julho) e sua “dimensão”, levam a

27
MUS
tr

considerar que a empresa cumpre com o espírito dos Princípios de Bom Governo previstos na RCM nº 49/2007, de 28 de março sem necessidade de invocar quaisquer exceções.

No âmbito das suas obrigações a empresa prepara e disponibiliza a seguinte informação: Plano de Atividades e Orçamento Anual; Relatório de Gestão e Contas; Relatório semestral da concessão; Relatório de controlo trimestral de execução da atividade da sociedade.

Esta informação é, sempre que pertinente, acompanhada de pareceres do ROC e dos auditores externos da empresa.

A informação financeira é disponibilizada no site da Empresa através dos Relatórios e Contas anuais e trimestrais.

Toda a informação relativa ao Governo da Sociedade está disponível no site da empresa, incluindo as remunerações dos membros dos órgãos sociais e outros benefícios.

No que se refere aos concursos públicos, os mesmos são objeto de adequada divulgação conforme estipula a legislação aplicável. A EDM aderiu à plataforma eletrónica de contratação pública BizGov.

A empresa disponibiliza ainda, através do seu site, informação detalhada sobre os projetos de recuperação ambiental, nomeadamente no que se refere à tramitação dos respetivos processos administrativos e fases de execução dos mesmos.

6.1.9 Código de Ética

O Código de Ética, aprovado em 2006, aplica-se a todos os colaboradores de modo a garantir um conjunto de normas éticas, sendo de salientar os seguintes aspetos:

- Atuação pautada por princípios de igualdade, integridade e dignidade;
- Garantia do respeito pelos direitos humanos;
- Cumprimento de determinadas regras no relacionamento com fornecedores e entidades terceiras.

Este Código está disponível em www.edm.pt.

6.1.10 Informação sobre a existência de sistema de controle compatível com a empresa

Os procedimentos internos adotados relativos à verificação, conferência, aprovação dos documentos de despesa e respetivo pagamento têm-se revelado adequados à dimensão da Empresa e ao fim a que se destinam. As operações são devidamente autorizadas e registadas nas contas da sociedade. O Fiscal Único e os Auditores externos procedem, trimestralmente, à verificação de procedimentos e à revisão das contas.

6.1.11 Identificação dos mecanismos adotados com vista à prevenção de conflito de interesses

Os mecanismos adotados encontram-se expressos no Código de Ética e no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, oportunamente, aprovados pela

EDM e divulgados no seu site (www.edm.pt), e nas normas a que os membros dos órgãos sociais se encontram obrigados.

De acordo com as recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção, a EDM aprovou um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção que se encontra também disponível no site da Empresa.

6.1.12 Explicitação da divulgação da informação prevista na RCM nº 49/2007

EPNF Anexo 3

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			não existiram
Outras transacções	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identifica dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade			X	
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado	X			não existiram
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			não existiram
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

6.2 Cumprimento das orientações legais

6.2.1 Cumprimento de orientações e objetivos de gestão

Embora tenham sido definidas pelo acionista orientações específicas de gestão não foram fixados objetivos nem celebrados contratos de gestão.

Para além dos aspetos relacionados com os **princípios orientadores de gestão** que a empresa tem vindo a implementar e **das orientações gerais do setor** que o CA tem tido em consideração nas ações e atividades desenvolvidas, as **orientações específicas transmitidas** ao Conselho de Administração contemplam duas dimensões:

- Uma associada à recuperação e valorização na vertente ambiental das antigas áreas mineiras degradadas e abandonadas, envolvendo a monitorização e controle de efluentes em especial das antigas minas de urânio, de modo a cumprir com as normas internacionais;
- Outra orientada para contribuir para maximizar o conhecimento dos recursos minerais do País, a sua valorização e aproveitamento económico, por forma a otimizar a gestão dos ativos da empresa e a criação de valor para o acionista.

A atividade descrita neste Relatório e Contas comprova que a EDM deu cumprimento de forma eficiente e relevante durante o ano de 2011 às orientações fixadas naquelas duas dimensões destacando-se:

- No que respeita à **dimensão ambiental** da atividade da EDM a empresa tem em curso, no âmbito da concessão, um volume de investimentos na ordem dos 20 milhões de euros, de um total de 54 milhões associados a candidaturas apresentadas, contratualizadas e a apresentar no 1º

semestre de 2012 no âmbito do POVT. Esses investimentos constituem uma parte do conjunto identificado de projetos já formatados que seria possível desencadear no curto prazo, caso fosse garantido o montante das participações nacionais previstas nos respetivos regulamentos. Tal possibilidade conduziria a um investimento global de cerca de 100 milhões de euros. Para além disso, durante o ano, reforçou-se junto do concedente a necessidade de apreciação da proposta de renovação do contrato de concessão, através da qual se pretendeu estender o período de vigência do contrato, situação que foi decidida no final do ano através da RCM nº 62/2011 de 15 de dezembro, que aprovou a renovação por mais 4 anos. Ainda no domínio ambiental a EDM desenvolve outras atividades na área da segurança e recuperação de pedreiras cujos investimentos ascenderam a cerca de 2 milhões de euros.

- Na vertente dos **recursos minerais** apresentaram-se 6 pedidos de áreas de prospeção e pesquisa, prosseguiu-se o estudo de avaliação da viabilidade económica do jazigo da Gavião, acompanhou-se o acordo de parceria com a Somincor e consolidaram-se os contactos exploratórios visando a internacionalização da empresa com prioridade para Moçambique, através da celebração do protocolo de cooperação com a EMEM. Sublinhe-se, também neste domínio, a participação nos trabalhos desenvolvidos pelo MEID, numa 1ª fase, na perspetiva de implementação de uma estratégia nacional para os recursos geológicos, que possa alavancar este setor, de grande importância quer a nível nacional quer comunitário, tendo em consideração o elevado potencial geológico-mineiro do país. No 2º semestre a EDM coordenou, mesmo, a realização de um estudo sobre o setor mineiro, e sobre a estratégia a prosseguir para o seu relançamento efetivo.

Refira-se também que a EDM tem vindo a dar cumprimento aos deveres especiais de informação ao acionista previstos nas orientações aplicáveis através do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção Geral de Finanças dos planos e orçamentos anuais, planos de investimento, relatórios trimestrais de execução e envio de cópias das atas das Assembleias Gerais.

Em 2011 não foi feita a atualização salarial anual dos trabalhadores da EDM em consequência das disposições para o setor empresarial do Estado na Lei do Orçamento de Estado para 2011, tendo sido feitas as reduções remuneratórias nele definidas. Mensalmente a empresa enviou à Inspeção Geral de Finanças a informação normalizada relativamente às remunerações processadas.

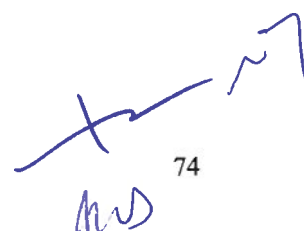
Não foram pagos quaisquer prémios de gestão em 2011 aos membros do Conselho de Administração.

6.2.2 Gestão do risco financeiro

Atualmente a EDM dispõe duma estrutura de capitais sólida, com um grau de autonomia financeira de 68,8%.

Não existe passivo bancário pelo que se considera prejudicada a informação sobre a gestão do risco financeiro a que se refere o despacho 101/2009-SETF, de 30 de janeiro.

Os valores registados na rubrica do balanço “financiamentos obtidos” referem-se a ALDs de equipamentos e sofreram uma redução de 42%.



74

Gestão de Risco Financeiro – Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento			N.A.	
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			N.A.	
Diversificação de entidades credoras			N.A.	
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			N.A.	
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			N.A.	
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			N.A.	
Minimização da prestação de garantias reais			N.A.	
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			N.A.	
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa				
Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			N.A.	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP			N.A.	
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			N.A.	
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos			N.A.	
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos			N.A.	
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			N.A.	
Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			N.A.	

Legenda:

FC – Fundos comunitários

CP – Capital próprio

S – Sim

N – Não

N.A. – Não Aplicável

6.2.3 Evolução do prazo médio de pagamentos e atrasos nos pagamentos

A EDM tem cumprido com as orientações existentes no sentido de encurtar o prazo de pagamento aos fornecedores. Não existem situações de mora ou de contencioso. O esforço de redução do prazo de pagamento é uma preocupação permanente da empresa, sendo certo que este esforço está também condicionado quer pela natureza dos trabalhos faturados e consequente conferência quer pela data de apresentação das faturas pelos fornecedores, situação que é bem evidente no aumento do prazo médio no 4º

trimestre de 2011, que decorre fundamentalmente desse facto. Em 2010 e 2011 o prazo médio de pagamentos teve a evolução que se apresenta no quadro abaixo.

EPNF Anexo 5

Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009

PMP	1ºT 2010	2ºT 2010	3ºT 2010	4ºT 2010	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011
PMP a Fornecedores (dias)	24	20	22	17	15	18	21	39

Mapa da posição a 31/12/2011 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17/Maio

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Não há pagamentos em atraso					

«Atraso no pagamento», o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

6.2.4 Deveres especiais de informação

A EDM tem vindo a dar cumprimento aos deveres especiais de informação ao acionista previstos nas orientações aplicáveis (Despacho nº 14277/2008 de 23 de maio) através do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção Geral de Finanças dos planos e orçamentos anuais, planos de investimento, relatórios trimestrais de execução e envio de cópias das atas das Assembleias Gerais.

A Empresa reporta informação, nos prazos estabelecidos, através do portal SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira), no qual têm vindo a ser carregados os dados solicitados, nomeadamente, relatórios, contas trimestrais e anuais, contas previsionais, informação sobre esforço financeiro público, prazo médio de pagamentos e outros indicadores.

6.2.5 Recomendações do acionista na aprovação das contas de 2010

As recomendações e deliberações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2010 foram cumpridas designadamente no que respeita à aplicação de resultados e política remuneratória do órgão de administração de não atualização da componente fixa salarial da remuneração e da não atribuição no período 2010/2013 de qualquer componente variável, sem prejuízo das normas de redução remuneratória previstas no Orçamento de Estado para 2011. Também no que respeita à recomendação de cumprimento dos limites de acréscimo de endividamento a EDM reduziu em 42% o valor de financiamentos relacionados com ALDs.

Os dividendos, no valor de €130.694,01, foram pagos no mês de novembro, na sequência da Assembleia Geral de 19 de outubro de 2011.

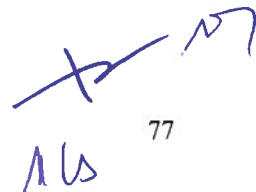
6.2.6 Remunerações

Órgãos sociais

Não foram pagos quaisquer prémios de gestão em 2011 aos membros do Conselho de Administração.

As remunerações dos atuais membros do Conselho de Administração foram fixadas na Assembleia Geral de 4 de junho de 2010, mantendo-se os valores fixados em 1 de janeiro de 2002. De acordo com o disposto no artigo 19º da Lei nº55-A/2010, mantiveram-se as reduções de 5% por aplicação do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 e foi aplicada a redução remuneratória de 10%.

Relativamente aos restantes órgãos sociais foi igualmente aplicada a redução prevista na Lei, não tendo no caso do Fiscal Único implicado qualquer alteração face à informação disponibilizada.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Auditor externo

A aplicação das regras de redução prevista no artigo 22º da Lei 55-A/2010 não implicou qualquer redução, face à informação disponibilizada.

Restantes trabalhadores

Aos trabalhadores foi aplicada a redução remuneratória prevista no artigo 19º da Lei nº 55-A/2010.

6.2.7 Orientações relativas a normas de contratação pública

Relativamente à contratação pública a empresa segue o disposto na legislação aplicável e nas orientações do acionista transmitidas através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. A empresa participada EDMI segue as mesmas orientações.

No âmbito dos projetos de recuperação ambiental a empresa seguiu os procedimentos relativos à legislação sobre contratação pública, os quais a partir de 29 de julho de 2008 seguem o disposto no novo Código dos Contratos Públicos.

Nas outras aquisições os procedimentos adotados variam conforme a relevância das aquisições, sendo usadas quer a adjudicação precedida de consulta prévia, quer o ajuste direto.

No que se refere aos concursos públicos, os mesmos são objeto de adequada divulgação conforme estipula a legislação aplicável. A EDM aderiu à plataforma eletrônica de contratação pública BizGov.

6.2.8 Limites de endividamento

A EDM não tem passivo bancário, pelo que não se justifica qualquer referência explícita às orientações sobre limites máximos de acréscimo de endividamento.

6.2.9 Racionalização das políticas de provisionamento

A EDM tem vindo a implementar medidas de racionalização no provisionamento de bens e serviços, encontrando-se em análise a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas.

6.2.10 Plano de redução de custos para 2011

A EDM deu pleno cumprimento ao plano de redução de custos apresentado no final de 2010, de acordo com as orientações recebidas do Acionista, que

estabeleceu o objetivo de redução dos Gastos Gerais (FSE e Pessoal) de 15% face a 2009, tendo sido efetivamente concretizada uma redução de 24,7%:

	2011	2009
FSE + Gastos de pessoal	1.706.221,70	2.266.674,04

A redução dos Fornecimento e Serviços Externos comparativamente a 2009 foi de 41,3%.

6.2.11 Princípio da unidade de tesouraria

Na sequência da publicação da Lei nº 55/2010 (Lei do Orçamento para 2011) e tendo presente o disposto no nº 5 do artigo 77, a EDM desencadeou junto do IGCP, no final de 2010, contactos sobre os procedimentos a adotar para cumprimento da referida disposição no quadro da aplicação do Princípio da Unidade de Tesouraria.

A EDM, à medida do vencimento das aplicações, procedeu à sua transferência para o IGCP, onde concentrou as suas disponibilidades. Existem, ainda, nos bancos aplicações cativas como contragarante de garantias bancárias prestadas à EDM.

6.2.12 Cumprimentos das obrigações legais – Quadro síntese

Conforme orientações da DGTf sobre a prestação de contas de 2011, apresenta-se de seguida, o quadro síntese das obrigações legais a que está obrigada a EDM:

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão:					
Objetivo 1			X	n.a.	Não foi fixado
Objetivo 2			X	n.a.	Não foi fixado
Objetivo 3			X	n.a.	Não foi fixado
Gestão do Risco Financeiro			X	n.a.	Não há passivo
Evolução do PMP a fornecedores	S			22	Var. excecional 4º trim conforme explicitado em 6,2,3,
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			X	n.a.	Não há atrasos
Deveres Especiais de Informação	S			n.a.	
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Recomendação 1- Distribuição de dividendos	S			100%	Pagamento efetuado
Recomendação 2- Orientações para remunerações dos órgãos sociais	S			100%	
Recomendação 3- Cumprimento dos limites de acréscimo de endividamento	S			100%	
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	S			n.a.	
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	S			€ 22.764,00	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	S			€ 11.982,00	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 22º da Lei 55-A/2010	S			0	Dada a informação disponibilizada
Restantes trabalhadores - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	S			€ 26.922,00	
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	S			n.a.	
Normas de contratação pública pelas participadas	S			n.a.	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas		X		n.a.	Está em estudo a adesão
Limites de Crescimento do Endividamento	S			-42%	Não há passivo bancário
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal	S			11,80%	Relativamente a 2009
Fornecimentos e Serviços Externos	S			41,30%	Relativamente a 2009
Princípio da Unidade de Tesouraria	S			95,60%	

VII. PERSPETIVAS FUTURAS

A atividade a prosseguir pela EDM e tal como consta do Plano de Atividades para 2012 oportunamente apresentado ao Acionista, traduz-se no prosseguimento, a par da atual da vertente de **recuperação ambiental** das minas e pedreiras, da **nova área estratégica da EDM** centrada na temática dos **Recursos Minerais** reativada em 2010 de forma mais consolidada, com o objetivo de colocar a EDM a participar de forma efetiva e consistente em projetos de prospeção e pesquisa e de exploração tanto no país como nos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Neste contexto a estratégia a desenvolver visa a consecução dos seguintes objetivos:

- Consolidar a intervenção que vem sendo realizada no domínio técnico-ambiental;
- Alargar e intensificar as ações de reconhecimento e valorização de recursos minerais tanto no território nacional como no exterior;
- Garantir a adoção das melhores práticas de gestão.

As linhas de desenvolvimento a adotar que materializam a estratégia aprovada, inserem-se no âmbito da missão da empresa que, recorde-se, contempla duas dimensões: **uma** associada à recuperação ambiental das antigas áreas mineiras degradadas e abandonadas incluindo a monitorização e controle dos efluentes, em especial os das antigas minas de urânio, de modo a cumprir as normas internacionais que regulam o setor; e **outra** orientada para a maximização do conhecimento dos recursos minerais do País, e para a sua valorização e aproveitamento económico, por forma a otimizar a gestão dos ativos da empresa e criar valor para o acionista.

Para além disso essas linhas de desenvolvimento enquadram-se nas orientações recentes sobre o setor mineiro, a concretizar como previsto no relatório do orçamento de estado para 2012 através de uma estratégia nacional de recursos geológicos, de promover uma maior dinâmica do setor extrativo que contribua para uma crescente valorização e crescimento sustentado do setor, intervindo, no quadro as suas competências, como catalisador de iniciativas empresariais em toda a fileira, desde a prospeção e pesquisa à exploração, tanto no território nacional como no exterior, designadamente nos países da CPLP.

As linhas a desenvolver, no horizonte 2012/2015 são as seguintes agrupadas pelas 3 principais áreas de atuação da empresa:

– **No domínio técnico-ambiental:**

- Prosseguir, no quadro do contrato de concessão, as ações de recuperação ambiental das áreas mineiras abandonadas, maximizando o número e montante de candidaturas aos fundos comunitários face aos recursos nacionais afetos;
- Efetivar a celebração do contrato que reflita a renovação com o Estado do contrato de concessão por mais 4 anos, nos termos previstos na RCM nº 62/2011, de 15 de dezembro;
- Desenvolver as atuações ao nível da segurança em antigas zonas mineiras, de acordo com o plano estabelecido pela DGEG, enquanto entidade com competência na matéria;
- Identificar novos projetos e respetiva caracterização, designadamente em resposta a situações que venham a ser inventariadas;
- Acompanhar iniciativas de parcerias a nível nacional e externo;
- Promover a valorização económica das áreas recuperadas, por via do envolvimento de entidades e associações locais.

– **No domínio dos Recursos Minerais:**

- Promover o reforço da intervenção na fase de prospeção e pesquisa de recursos minerais preferencialmente através da participação em consórcios com empresas nacionais e internacionais;
- Desenvolver iniciativas de valorização e aproveitamento económico dos recursos minerais, preferencialmente através de consórcios, apostando na avaliação de projetos com potencial identificado e na participação em investimentos com sustentabilidade demonstrada;
- Promover a celebração de convénios, designadamente com universidades, orientados para a realização de projetos de I&D sobre novas técnicas de tratamento de minérios;
- Dinamizar iniciativas empresariais no exterior com prioridade para projetos de prospeção e pesquisa e de valorização económica nos países da CPLP;
- Acompanhar, no âmbito dos mecanismos de financiamento e de capitalização disponíveis, iniciativas estruturantes orientadas para as fases mais exigentes dos projetos de prospeção e pesquisa, em particular na Faixa Piritosa e para a internacionalização;
- Participar em ações de promoção do património geológico-mineiro nacional.

– **No domínio da estrutura e da organização da empresa:**

- Melhorar a organização introduzindo as “melhores práticas” de gestão;
- Otimizar a gestão dos ativos;
- Desenvolver uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, tendo em atenção as dimensões económica, ambiental, social e ética.

Neste contexto e tendo em conta as condicionantes relativas à afetação de recursos nacionais, que importa ponderar, prevê-se que em 2012/2015 os **investimentos** possam ascender a €94,473 milhões, financiados por 38,372 milhões de fundos comunitários, 20,657 milhões de fundos nacionais (Despacho SEAI n.º 88/2008), 23,675 milhões de parcerias e do protocolo da DGEG e 11,769 milhões por meios próprios.

Relativamente a 2012 o **volume de investimentos** previsto ascende a € 26.892.000 repartido pelas diversas áreas conforme se segue:

- Técnico-ambiental – € 19.279.000;
- Recursos minerais – € 7.613.000;

As **fontes de financiamento** previstas para a execução deste plano de investimentos em 2012 e respetivas contribuições são as seguintes:

- Fundos comunitários (QREN) – € 11.693.000
- Fundos nacionais via Desp. SEAI n.º 88/2008 e outros apoios – € 6.299.000
- Parcerias em “joint ventures”- € 3.505.000
- Protocolo com a DGGE – € 3.285.000
- Meios Próprios – € 2.110.000

Neste enquadramento prevê-se que a EDM reforce o seu posicionamento quer no domínio técnico-ambiental quer no dos recursos minerais, assumindo-se como um centro de competências capaz de aplicar as melhores práticas de remediação ambiental nas áreas mineiras e de mobilizar os agentes internos para uma atuação mais ativa no conhecimento, aproveitamento e valorização dos recursos minerais nacionais.

VIII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Atendendo ao previsto na Lei e nos Estatutos e considerando o elevado esforço financeiro necessário para fazer face ao Programa de Investimentos de Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Degradadas, em especial das antigas minas de urânio da ex-ENU – Empresa Nacional de Urânio, SA, e tendo subjacente orientações do Governo no sentido da EDM proceder à afetação a esta atividade, por conta do Estado, de parte dos seus meios financeiros, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido positivo do exercício, no montante de € 1.140.326,25 (um milhão cento e quarenta mil e trezentos e vinte e seis euros e vinte e cinco cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- 50%, ou seja, € 570.163,13 (quinhentos e setenta mil cento e sessenta e três euros e treze cêntimos), para distribuição ao acionista como dividendos;
- 50%, ou seja, € 570.163,12 (quinhentos e setenta mil cento e sessenta e três euros e doze cêntimos), seja transferido para a “Reserva Especial de Investimento de Recuperação Ambiental”.



IX. AGRADECIMENTOS

Da permanente disponibilidade do Acionista único e do seu contributo, bem como de outros Órgãos da Administração Pública, em particular a DGEG, para a resolução de problemas específicos que se colocaram durante o ano de 2011, cabe deixar aqui expresso o devido testemunho. Deseja-se ainda registar e agradecer o apoio e cooperação do Revisor Oficial de Contas e dos auditores externos.

Por último, deseja o Conselho de Administração manifestar o seu agradecimento aos quadros e demais colaboradores da EDM, pela dedicação com que desempenharam as suas funções.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2012

O Conselho de Administração



Rui da Silva Rodrigues, Presidente



Mário Jorge Ferreira Guedes, Vice-Presidente



José Manuel Gaspar Nero, Vogal



CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011

- **Balanço**
- **Demonstração dos Resultados por Naturezas**
- **Demonstração de Resultados por Funções**
- **Demonstração de Fluxos de Caixa**
- **Demonstração das Alterações ao Capital Próprio**
- **Anexo às Demonstrações Financeiras**

BALANÇO

Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2011	31-12-2010
Euro			
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	994.914,54	1.060.969,42
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis	7	3.777.901,82	4.002.451,74
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	925.814,30	1.634.850,43
Participações financeiras - outros métodos	8	51.657,46	211.272,79
Accionistas/sócios	9	6.166.757,55	6.375.774,31
Outros activos financeiros	10	3.567.549,81	3.725.859,17
Activos por impostos diferidos	11	458.922,24	517.965,17
		15.943.517,72	17.529.143,03
Activo corrente			
Clientes	12	253.336,88	137.985,09
Adiantamento a fornecedores		177,18	5.618,21
Estado e outros entes públicos	13	147.569,57	131.125,49
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber	14	3.645.369,15	4.032.569,57
Diferimentos	15	79.506,24	24.459,44
Activos financeiros detidos para negociação	16	2.600.000,00	4.793.900,00
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	17	36.573.855,10	29.798.532,60
		43.299.814,12	38.924.190,40
Total do activo		59.243.331,84	56.453.333,43
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	18	30.000.000,00	30.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio			
Reservas legais	19	6.000.000,00	6.000.000,00
Outras reservas	20	2.195.941,85	2.065.247,84
Resultados transitados	21	94.944,34	97.013,52
Ajustamentos em activos financeiros	22	-499.512,95	254.858,92
Excedente de revalorização	23	1.843.212,34	1.843.212,34
Outras variações no capital próprio			
		39.634.585,58	40.260.332,62
Resultado líquido do período		1.140.326,25	261.388,02
Interesses minoritários		40.774.911,83	40.521.720,64
Total do capital próprio		40.774.911,83	40.521.720,64
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	24	2.199.081,31	2.371.444,54
Financiamentos obtidos	25	36.883,54	82.262,75
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar		210.103,80	210.103,80
		2.446.068,65	2.663.811,09
Passivo corrente			
Fornecedores	27	979.298,76	474.632,13
Adiantamento de clientes		861,00	0,00
Estado e outros entes públicos	13	220.167,10	183.962,43
Acionistas/sócios			
Financiamentos obtidos	25	34.588,95	41.494,95
Outras contas a pagar	26	14.787.140,65	12.567.418,17
Diferimentos	15	294,90	294,02
		16.022.351,36	13.267.801,70
Total do passivo		18.468.420,01	15.931.612,79
Total do capital próprio e do passivo		59.243.331,84	56.453.333,43

Técnico Oficial de Contas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



António Serrano



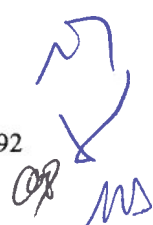
Rui da Silva Rodrigues



Mário Jorge Ferreira Guedes



Jose Manuel Gaspar Nero

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be a stylized 'M' or 'N' followed by a checkmark-like flourish. Below it are the initials 'MS'.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

		Euros	
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados	28	202.082,97	237.727,02
Subsídios a exploração			
Trabalhos para a própria entidade	29	737.008,27	964.334,33
Fornecimento e serviços externos	30	-580.500,83	-788.400,19
Gastos com o pessoal	31	-1.125.720,94	-1.383.243,96
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	32	0,00	-153.368,44
Provisões (aumento/reversões)	33	0,00	-316.859,00
Imparidade de invest.não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	32	-159.615,33	0,00
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	34	1.535.824,23	327.068,46
Outros gastos e perdas	35	-170.637,22	-147.895,01
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		438.441,15	-1.260.636,79
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	36	-89.896,30	-81.411,14
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		348.544,85	-1.342.047,93
Juros e rendimentos similares obtidos	37	816.980,98	1.617.552,18
Juros e gastos similares suportados	38	-3.965,14	-5.040,48
Resultado antes de impostos		1.161.560,69	270.463,77
Imposto sobre o rendimento do período	39	-21.234,44	-9.075,75
Resultado líquido do período		1.140.326,25	261.388,02
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		1.140.326,25	261.388,02
Interesses minoritários		1.140.326,25	261.388,02
Resultado por acção básico		0,1901	0,0436

Técnico Oficial de Contas

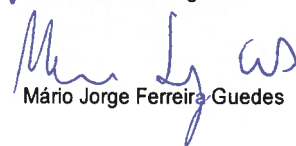


António Serrano

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Rui da Silva Rodrigues



Mário Jorge Ferreira Guedes



Jose Manuel Gaspar Nero

Anexo 1 - Despesa com Pessoal			Anexo 2 - Despesa com Material		
Item	Descrição	Valor	Item	Descrição	Valor
1.1.1.1.1.1.1.1	Salários	100	2.1.1.1.1.1.1.1	Material de consumo	50
1.1.1.1.1.1.1.2	Salários	80	2.1.1.1.1.1.1.2	Material de consumo	40
1.1.1.1.1.1.1.3	Salários	60	2.1.1.1.1.1.1.3	Material de consumo	30
1.1.1.1.1.1.1.4	Salários	40	2.1.1.1.1.1.1.4	Material de consumo	20
1.1.1.1.1.1.1.5	Salários	20	2.1.1.1.1.1.1.5	Material de consumo	10
1.1.1.1.1.1.1.6	Salários	10	2.1.1.1.1.1.1.6	Material de consumo	5
1.1.1.1.1.1.1.7	Salários	5	2.1.1.1.1.1.1.7	Material de consumo	2,5
1.1.1.1.1.1.1.8	Salários	2,5	2.1.1.1.1.1.1.8	Material de consumo	1,25
1.1.1.1.1.1.1.9	Salários	1,25	2.1.1.1.1.1.1.9	Material de consumo	0,625
1.1.1.1.1.1.1.10	Salários	0,625	2.1.1.1.1.1.1.10	Material de consumo	0,3125
1.1.1.1.1.1.1.11	Salários	0,3125	2.1.1.1.1.1.1.11	Material de consumo	0,15625
1.1.1.1.1.1.1.12	Salários	0,15625	2.1.1.1.1.1.1.12	Material de consumo	0,078125
1.1.1.1.1.1.1.13	Salários	0,078125	2.1.1.1.1.1.1.13	Material de consumo	0,0390625
1.1.1.1.1.1.1.14	Salários	0,0390625	2.1.1.1.1.1.1.14	Material de consumo	0,01953125
1.1.1.1.1.1.1.15	Salários	0,01953125	2.1.1.1.1.1.1.15	Material de consumo	0,009765625
1.1.1.1.1.1.1.16	Salários	0,009765625	2.1.1.1.1.1.1.16	Material de consumo	0,0048828125
1.1.1.1.1.1.1.17	Salários	0,0048828125	2.1.1.1.1.1.1.17	Material de consumo	0,00244140625
1.1.1.1.1.1.1.18	Salários	0,00244140625	2.1.1.1.1.1.1.18	Material de consumo	0,001220703125
1.1.1.1.1.1.1.19	Salários	0,001220703125	2.1.1.1.1.1.1.19	Material de consumo	0,0006103515625
1.1.1.1.1.1.1.20	Salários	0,0006103515625	2.1.1.1.1.1.1.20	Material de consumo	0,00030517578125
1.1.1.1.1.1.1.21	Salários	0,00030517578125	2.1.1.1.1.1.1.21	Material de consumo	0,000152587890625
1.1.1.1.1.1.1.22	Salários	0,000152587890625	2.1.1.1.1.1.1.22	Material de consumo	0,0000762939453125
1.1.1.1.1.1.1.23	Salários	0,0000762939453125	2.1.1.1.1.1.1.23	Material de consumo	0,00003814697265625
1.1.1.1.1.1.1.24	Salários	0,00003814697265625	2.1.1.1.1.1.1.24	Material de consumo	0,000019073486328125
1.1.1.1.1.1.1.25	Salários	0,000019073486328125	2.1.1.1.1.1.1.25	Material de consumo	0,0000095367431640625
1.1.1.1.1.1.1.26	Salários	0,0000095367431640625	2.1.1.1.1.1.1.26	Material de consumo	0,00000476837158203125
1.1.1.1.1.1.1.27	Salários	0,00000476837158203125	2.1.1.1.1.1.1.27	Material de consumo	0,000002384185791015625
1.1.1.1.1.1.1.28	Salários	0,000002384185791015625	2.1.1.1.1.1.1.28	Material de consumo	0,0000011920928955078125
1.1.1.1.1.1.1.29	Salários	0,0000011920928955078125	2.1.1.1.1.1.1.29	Material de consumo	0,00000059604644775390625
1.1.1.1.1.1.1.30	Salários	0,00000059604644775390625	2.1.1.1.1.1.1.30	Material de consumo	0,000000298023223876953125
1.1.1.1.1.1.1.31	Salários	0,000000298023223876953125	2.1.1.1.1.1.1.31	Material de consumo	0,0000001490116119384765625
1.1.1.1.1.1.1.32	Salários	0,0000001490116119384765625	2.1.1.1.1.1.1.32	Material de consumo	0,00000007450580596923828125
1.1.1.1.1.1.1.33	Salários	0,00000007450580596923828125	2.1.1.1.1.1.1.33	Material de consumo	0,000000037252902984619140625
1.1.1.1.1.1.1.34	Salários	0,000000037252902984619140625	2.1.1.1.1.1.1.34	Material de consumo	0,0000000186264514923095703125
1.1.1.1.1.1.1.35	Salários	0,0000000186264514923095703125	2.1.1.1.1.1.1.35	Material de consumo	0,00000000931322574615478515625
1.1.1.1.1.1.1.36	Salários	0,00000000931322574615478515625	2.1.1.1.1.1.1.36	Material de consumo	0,000000004656612873077392578125
1.1.1.1.1.1.1.37	Salários	0,000000004656612873077392578125	2.1.1.1.1.1.1.37	Material de consumo	0,0000000023283064365386962890625
1.1.1.1.1.1.1.38	Salários	0,0000000023283064365386962890625	2.1.1.1.1.1.1.38	Material de consumo	0,00000000116415321826934814453125
1.1.1.1.1.1.1.39	Salários	0,00000000116415321826934814453125	2.1.1.1.1.1.1.39	Material de consumo	0,000000000582076609134674072265625
1.1.1.1.1.1.1.40	Salários	0,000000000582076609134674072265625	2.1.1.1.1.1.1.40	Material de consumo	0,0000000002910383045673370361328125
1.1.1.1.1.1.1.41	Salários	0,0000000002910383045673370361328125	2.1.1.1.1.1.1.41	Material de consumo	0,00000000014551915228366851806640625
1.1.1.1.1.1.1.42	Salários	0,00000000014551915228366851806640625	2.1.1.1.1.1.1.42	Material de consumo	0,000000000072759576141834259033203125
1.1.1.1.1.1.1.43	Salários	0,000000000072759576141834259033203125	2.1.1.1.1.1.1.43	Material de consumo	0,0000000000363797880709171295166015625
1.1.1.1.1.1.1.44	Salários	0,0000000000363797880709171295166015625	2.1.1.1.1.1.1.44	Material de consumo	0,00000000001818989403545856475830078125
1.1.1.1.1.1.1.45	Salários	0,00000000001818989403545856475830078125	2.1.1.1.1.1.1.45	Material de consumo	0,000000000009094947017729282379150390625
1.1.1.1.1.1.1.46	Salários	0,000000000009094947017729282379150390625	2.1.1.1.1.1.1.46	Material de consumo	0,0000000000045474735088646411895751953125
1.1.1.1.1.1.1.47	Salários	0,0000000000045474735088646411895751953125	2.1.1.1.1.1.1.47	Material de consumo	0,00000000000227373675443232059478759765625
1.1.1.1.1.1.1.48	Salários	0,00000000000227373675443232059478759765625	2.1.1.1.1.1.1.48	Material de consumo	0,000000000001136868377216160297393798828125
1.1.1.1.1.1.1.49	Salários	0,000000000001136868377216160297393798828125	2.1.1.1.1.1.1.49	Material de consumo	0,0000000000005684341886080801486968994140625
1.1.1.1.1.1.1.50	Salários	0,0000000000005684341886080801486968994140625	2.1.1.1.1.1.1.50	Material de consumo	0,00000000000028421709430404007434844970703125
1.1.1.1.1.1.1.51	Salários	0,00000000000028421709430404007434844970703125	2.1.1.1.1.1.1.51	Material de consumo	0,000000000000142108547152020037174224853515625
1.1.1.1.1.1.1.52	Salários	0,000000000000142108547152020037174224853515625	2.1.1.1.1.1.1.52	Material de consumo	0,0000000000000710542735760100185871124267578125
1.1.1.1.1.1.1.53	Salários	0,0000000000000710542735760100185871124267578125	2.1.1.1.1.1.1.53	Material de consumo	0,00000000000003552713678800500929355621337890625
1.1.1.1.1.1.1.54	Salários	0,00000000000003552713678800500929355621337890625	2.1.1.1.1.1.1.54	Material de consumo	0,000000000000017763568394002504646778106689453125
1.1.1.1.1.1.1.55	Salários	0,000000000000017763568394002504646778106689453125	2.1.1.1.1.1.1.55	Material de consumo	0,0000000000000088817841970012523233890533447265625
1.1.1.1.1.1.1.56	Salários	0,0000000000000088817841970012523233890533447265625	2.1.1.1.1.1.1.56	Material de consumo	0,00000000000000444089209850062616169452667236328125
1.1.1.1.1.1.1.57	Salários	0,00000000000000444089209850062616169452667236328125	2.1.1.1.1.1.1.57	Material de consumo	0,000000000000002220446049250313080847263336181640625
1.1.1.1.1.1.1.58	Salários	0,000000000000002220446049250313080847263336181640625	2.1.1.1.1.1.1.58	Material de consumo	0,0000000000000011102230246251565404236316680908203125
1.1.1.1.1.1.1.59	Salários	0,0000000000000011102230246251565404236316680908203125	2.1.1.1.1.1.1.59	Material de consumo	0,00000000000000055511151231257827021181583340541015625
1.1.1.1.1.1.1.60	Salários	0,00000000000000055511151231257827021181583340541015625	2.1.1.1.1.1.1.60	Material de consumo	0,0000000000000002775557561562891351059079167027053125
1.1.1.1.1.1.1.61	Salários	0,0000000000000002775557561562891351059079167027053125	2.1.1.1.1.1.1.61	Material de consumo	0,00000000000000013877787807814456755295395835135265625
1.1.1.1.1.1.1.62	Salários	0,00000000000000013877787807814456755295395835135265625	2.1.1.1.1.1.1.62	Material de consumo	0,000000000000000069388939039072283776476979175676328125
1.1.1.1.1.1.1.63	Salários	0,000000000000000069388939039072283776476979175676328125	2.1.1.1.1.1.1.63	Material de consumo	0,0000000000000000346944695195361418882384895878381640625
1.1.1.1.1.1.1.64	Salários	0,0000000000000000346944695195361418882384895878381640625	2.1.1.1.1.1.1.64	Material de consumo	0,00000000000000001734723475976807094411924479391908203125
1.1.1.1.1.1.1.65	Salários	0,00000000000000001734723475976807094411924479391908203125	2.1.1.1.1.1.1.65	Material de consumo	0,000000000000000008673617379884035472059622396959541015625
1.1.1.1.1.1.1.66	Salários	0,000000000000000008673617379884035472059622396959541015625	2.1.1.1.1.1.1.66	Material de consumo	0,00000000000000000433680868994201773602981119847977053125
1.1.1.1.1.1.1.67	Salários	0,00000000000000000433680868994201773602981119847977053125	2.1.1.1.1.1.1.67	Material de consumo	0,000000000000000002168404344971008868014905599239885265625
1.1.1.1.1.1.1.68	Salários	0,000000000000000002168404344971008868014905599239885265625	2.1.1.1.1.1.1.68	Material de consumo	0,0000000000000000010842021724855044340074527996199426328125
1.1.1.1.1.1.1.69	Salários	0,0000000000000000010842021724855044340074527996199426328125	2.1.1.1.1.1.1.69	Material de consumo	0,00000000000000000054210108624275221700372639980997131640625
1.1.1.1.1.1.1.70	Salários	0,00000000000000000054210108624275221700372639980997131640625	2.1.1.1.1.1.1.70	Material de consumo	0,000000000000000000271050543121376108501863199904985658203125
1.1.1.1.1.1.1.71	Salários	0,000000000000000000271050543121376108501863199904985658203125	2.1.1.1.1.1.1.71	Material de consumo	0,0000000000000000001355252715606880542509315999524928291015625
1.1.1.1.1.1.1.72	Salários	0,0000000000000000001355252715606880542509315999524928291015625	2.1.1.1.1.1.1.72	Material de consumo	0,00000000000000000006776263578034402712546579997624641455078125
1.1.1.1.1.1.1.73	Salários	0,00000000000000000006776263578034402712546579997624641455078125	2.1.1.1.1.1.1.73	Material de consumo	0,000000000000000000033881317890172013562732899988123207275390625
1.1.1.1.1.1.1.74	Salários	0,000000000000000000033881317890172013562732899988123207275390625	2.1.1.1.1.1.1.74	Material de consumo	0,0000000000000000000169406589450860067813664499940616036376953125
1.1.1.1.1.1.1.75	Salários	0,0000000000000000000169406589450860067813664499940616036376953125	2.1.1.1.1.1.1.75	Material de consumo	0,00000000000000000000847032947254300339068322499703080181884765625
1.1.1.1.1.1.1.76	Salários	0,00000000000000000000847032947254300339068322499703080181884765625	2.1.1.1.1.1.1.76	Material de consumo	0,000000000000000000004235164736271501695341612498515400909423828125
1.1.1.1.1.1.1.77	Salários	0,000000000000000000004235164736271501695341612498515400909423828125	2.1.1.1.1.1.1.77	Material de consumo	0,0000000000000000000021175823681357508476708062492577004547119140625
1.1.1.1.1.1.1.78	Salários	0,0000000000000000000021175823681357508476708062492577004547119140625	2.1.1.1.1.1.1.78	Material de consumo	0,00000000000000000000105879118406787542383540312462885022735595703125
1.1.1.1.1.1.1.79	Salários	0,00000000000000000000105879118406787542383540312462885022735595703125	2.1.1.1.1.1.1.79	Material de consumo	0,000000000000000000000529395592033937711917701562314425113677978515625
1.1.1.1.1.1.1.80	Salários	0,000000000000000000000529395592033937711917701562314425113677978515625	2.1.1.1.1.1.1.80	Material de consumo	0,0000000000000000000002646977960169688559588507811572125568389892578125
1.1.1.1.1.1.1.81	Salários	0,0000000000000000000002646977960169688559588507811572125568389892578125	2.1.1.1.1.1.1.81	Material de consumo	0,00000000000000000000013234889800848442797942539057860627841949462890625
1.1.1.1.1.1.1.82	Salários	0,00000000000000000000013234889800848442797942539057860627841949462890625	2.1.1.1.1.1.1.82	Material de consumo	0,000000000000000000000066174449004242213989712695289303139209747314453125
1.1.1.1.1.1.1.83	Salários	0,000000000000000000000066174449004242213989712695289303139209747314453125	2.1.1.1.1.1.1.83	Material de consumo	0,0000000000000000000000330872245021211069948563476446515696048736572265625
1.1.1.1.1.1.1.84	Salários	0,0			

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

RUBRICAS	Notas	Euros	
		Períodos	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados	28	202.082,97	237.727,02
Custo das vendas e dos serviços prestados		-62.240,16	-61.320,36
Resultado bruto		139.842,81	176.406,66
Outros rendimentos	29,34	2.272.832,50	1.291.402,79
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos		-1.893.493,24	-2.661.962,37
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos e perdas	35	-170.637,22	-147.895,01
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		348.544,85	-1.342.047,93
Gastos de financiamento (liquidos)	37,38	813.015,84	1.612.511,70
Resultado antes de impostos		1.161.560,69	270.463,77
Imposto sobre o rendimento do período	39	-21.234,44	-9.075,75
Resultado líquido do período		1.140.326,25	261.388,02
Resultado das actividades descontinuadas (liquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		1.140.326,25	261.388,02
Interesses minoritários		1.140.326,25	261.388,02

Técnico Oficial de Contas



António Serrano

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Rui da Silva Rodrigues



Mário Jorge Ferreira Guedes



Jose Manuel Gaspar Nero

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Euros

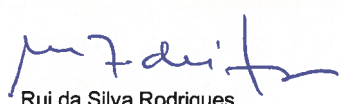
RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2011	2010
Fluxos de Caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		317.260,13	824.658,23
Pagamentos a fornecedores		-696.661,13	-850.547,38
Pagamentos ao pessoal		-1.129.631,53	-1.384.232,05
Caixa gerada pelas operações		-1.509.032,53	-1.410.121,20
Pagamento/recebimento do imposto s/rendimento		-59.653,90	135.518,14
Outros recebimentos/pagamentos		-191.365,59	-218.404,08
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-1.760.052,02	-1.493.007,14
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-24.345,21	-77.743,19
Activos intangíveis		-6.925.696,52	-7.064.636,90
Investimentos financeiros		0,00	-2.068.900,00
Outros activos		-50.000,00	-637.000,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis		12.732.722,05	9.172.542,32
Outros activos		2.250.000,00	
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		740.546,10	321.656,48
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento(2)		8.723.226,42	-354.081,29
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-3.965,14	-3.717,30
Dividendos	5	-130.694,01	-402.520,52
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		-53.192,75	-59.724,99
Fluxos de caixa das actividades de financiamento(3)		-187.851,90	-465.962,81
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		6.775.322,50	-2.313.051,24
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		29.798.532,60	32.111.583,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período		36.573.855,10	29.798.532,60

Técnico Oficial de Contas

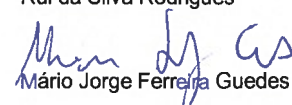


António Serrano

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Rui da Silva Rodrigues



Mário Jorge Ferreira Guedes



Jose Manuel Gaspar Nero

2010

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Translatados em Activos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício		
1	1	30.000.000				6.000.000	3.580.355	-235.822			805.041	40.149.574	40.149.574
2	2	0				0	0	805.041	161.408		-805.041	161.408	161.408
3	3										261.388	261.388	261.388
4=2+3	4=2+3										261.388	261.388	261.388
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
5	5						166.697	-69.684	254.859			-402.521	-402.521
							166.697	-472.205	254.859			351.872	351.872
												-50.649	-50.649
6=1+2+3+5	6=1+2+3+5	30.000.000				6.000.000	3.747.052	97.014	254.859	161.408	261.388	40.521.721	40.521.721

2.011

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Translatados em Activos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício		
1	1	30.000.000				6.000.000	3.747.052	97.014	254.859	161.408	261.388	40.521.721	40.521.721
ALTERAÇÕES DO PERÍODO													

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2011

1. IDENTIFICAÇÃO

A EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA, NIPC 501692983, foi constituída em 18 de junho de 1986. A sociedade tem a sua sede na Rua Sampaio Pina, nº 1-3º andar direito, em Lisboa.

A sociedade tem por objeto a realização de estudos e a prestação de serviços nos domínios das geociências, ciências de engenharia e do ambiente natural, em particular no referente à recuperação ambiental de áreas degradadas pela exploração de recursos minerais; o exercício, por si ou em associação, de atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais; a gestão de patrimónios imobiliários e das participações sociais cuja titularidade lhe pertença ou cujos poderes de gestão lhe hajam sido confiados; bem como a realização de outras atividades industriais, comerciais e de serviços, quer diretamente quer em associação com terceiros, conexas com as atividades anteriores.

O capital social atualmente no montante de 30.000.000,00 euros é detido na sua totalidade pelo Estado Português através da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO

As demonstrações financeiras da EDM foram preparadas em conformidade com o Sistema Normalização Contabilística e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros durante o período de relato.

3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

Os principais critérios contabilísticos e valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais encontram-se descritos abaixo.

A informação constante destas demonstrações financeiras foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Empresa.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são compostos essencialmente por terrenos, edifícios e outras construções. A generalidade dos ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Considera-se, como custo de aquisição, os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos (soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual e local de uso).

O imóvel da sede da empresa foi revalorizado em 2010 utilizando-se o modelo do justo valor que resultou da avaliação efetuada por entidade independente. No futuro será ajustado com a regularidade necessária para manter o seu valor atualizado. Os restantes imóveis não foram objeto de revalorização dado que não existe um mercado ativo.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período de vida como se segue:

	Vida útil
Edifícios e outras construções	10 a 39 anos
Equipamento básico	8 a 20 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 10 anos

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o montante líquido registado e são incluídos no resultado do exercício.

Ativos intangíveis

Dada a especificidade da atividade da EDM os projetos realizados por conta do Concedente no âmbito do contrato de concessão são registados transitoriamente nesta conta até transferência para outras devedores após pedido de reembolso.

Investimentos em empresas subsidiárias

O investimento da EDM na sua única empresa participada está contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

As outras participações financeiras são registadas pelo seu valor de aquisição. Relativamente a estas participações financeiras foi estimada em 2011 uma perda por imparidade no montante de €159.615,33.

Transações em moedas estrangeiras

As transações em moeda estrangeira são transpostas para o euro utilizando as taxas de câmbio à data da transação. As diferenças de câmbio em itens não monetários são relatadas em resultados como parte de um ganho ou perda ao seu justo valor.

Ativos e passivos financeiros

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre as partes interessadas em efetuar essa transação. O justo valor é determinado com base nos preços de um mercado ativo, ou em métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado ativo). Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

Estes ativos são desreconhecidos quando i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) não

obstante, reter parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos. A Empresa classifica os seus investimentos de acordo com as seguintes categorias: ativos financeiros detidos para negociação e outras contas a receber.

As contas a receber são ativos financeiros sem características de derivados com pagamentos determináveis e que não são cotados num mercado ativo. Este tipo de investimento surge quando o Empresa fornece bens ou serviços diretamente a um cliente sem a intenção de negociar esta dívida. Os devedores são incluídos no ativo corrente nas rubricas de Clientes e de Outras contas a receber, exceto para saldos com maturidade de mais de 12 meses da data de relato que são classificados como não correntes.

Impostos correntes e diferidos

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são calculados pelo método da responsabilidade, determinado pelas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as respetivas bases de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Locações

Os contratos de locação financeira celebrados em relação a bens de imobilizado tangível são registados em contas de ativos tangíveis sempre que a EDM assuma substancialmente todos os benefícios e riscos associados à propriedade dos respetivos bens.

As locações nas quais uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é detida pelo locador são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados em resultados pelo método das quotas constantes durante o período da locação.

As locações financeiras são capitalizadas pelo princípio da locação ao valor mais baixo entre o justo valor do imobilizado corpóreo e o valor atualizado das rendas mínimas. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e os custos financeiros no sentido de calcular uma taxa constante de remuneração da dívida. As responsabilidades de locações correspondentes, líquidas de custos financeiros, são registadas no passivo corrente e não corrente. Os juros são registados em resultados.

Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A Empresa reconhece rédito quando o montante do rédito pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros.

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas na data da transação ou da prestação de serviços.

Benefícios a empregados

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano

anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de subsídio de Natal, direito adquirido ao longo do ano e liquidado durante o mês de novembro de cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento. De acordo com o artigo 21º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Orçamento de Estado para 2012, o pagamento dos subsídios de férias e de Natal foram suspensos, para vencimentos base acima de €1.100,00. Para vencimentos entre €600,00 e €1.100,00, o valor é reduzido progressivamente.

Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que um exfluxo, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor é razoavelmente estimável.

Juros

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Dividendos

A distribuição de dividendos a acionistas é reconhecida como um passivo na data em que é aprovada pelos acionistas.

4. Fluxos de Caixa

Os fluxos de caixa ocorridos em 2011 constam do quadro resumo que se segue:

	2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-1.760.052,02	-1.493.007,14
Fluxos de caixa das actividades de investimento	8.723.226,42	-354.081,29
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	-187.851,90	-465.962,81
Variação de caixa e seus equivalentes	6.775.322,50	-2.313.051,24
Caixa e seus equivalentes no início do período	29.798.532,60	32.111.583,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período	36.573.855,10	29.798.532,60

5. Partes relacionadas

A EDM é detida na totalidade pelo Estado Português através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Em 2011 foram pagos dividendos no montante de € 130.694,01.

A EDM tem uma única empresa participada, a EDM I – Empresa de Projetos Imobiliários, SA, na qual detêm a totalidade do capital, no montante de € 500.000,00.

Relativamente ao exercício de 2011 a EDM I apresentou os seguintes valores:

Resultados líquidos	€ 45. 335,74
Ativo líquido	€ 7.235.931,30
Capital próprio	€ 925.814,30

À data de 31 de dezembro de 2011 a EDM detinha um crédito sobre a EDM I no montante de € 6.166.757,55.

As remunerações e outros benefícios dos membros dos órgãos sociais constam do Relatório do Conselho de Administração.

6. Ativos fixos tangíveis

Os movimentos da rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2011, em base individual, são analisados como segue:

Activos tangíveis	Sal.Inicial	Reav.Ajust.	Aumentos	Alienações	Trans/Abat/pp	Sal.Final
Terrenos e recursos naturais	324.781,15		0,00			324.781,15
Edifícios outras construções	807.752,65					807.752,65
Equipamento básico	115.204,18					115.204,18
Equipamento transporte	285.010,17					285.010,17
Ferramentas e utensílios	2.592,55					2.592,55
Equipamento administrativo	432.961,13		4.239,80			437.200,93
Outros activos tangíveis	87.337,32		19.600,53			106.937,85
Activos fixos tangíveis curso						
Total	2.055.639,15	0,00	23.840,33	0,00	0,00	2.079.479,48

Depreciações acumuladas

Activos tangíveis	Sal.inicial	Reforço	Anula./Reve	Sal.Final
Terrenos e recursos naturais				0,00
Edifícios outras construções	352.081,51	11.619,18		363.700,69
Equipamento básico	20.847,31	10.176,91	-0,09	31.024,13
Equipamento transporte	185.471,65	42.237,14		227.708,79
Ferramentas e utensílios	2.592,55			2.592,55
Equipamento administrativo	374.920,82	8.279,42		383.200,24
Outras imobilizaç.corpóreas	58.754,89	17.583,65		76.338,54
Total	994.668,73	89.896,30	-0,09	1.084.564,94

Em 2010 foi feita a avaliação por entidade independente dum imóvel em Lisboa tendo o seu valor sido revalorizado em € 161.407,55.

O valor de aquisição deste imóvel era de € 597.399,59. As amortizações acumuladas são de € 324.196,76 e o valor contabilístico à data de 31 de dezembro de 2011 era de € 434.610,30.

7. Ativos intangíveis

Dada a especificidade da atividade da EDM os projetos realizados por conta do Concedente no âmbito do contrato de concessão são registados transitoriamente nesta conta até transferência para outras devedores após pedido de reembolso.

Os movimentos da rubrica de ativos fixos intangíveis durante o ano de 2011, são analisados como segue:

Activos Intangíveis	Sal.Inicial	Reav.A	Aumentos	Alien.	Trans/Abat	Sal.Final
Projectos concessão	3.161.141,21		7.011.776,54		-7.253.096,38	2.919.821,37
Projectos Protocolo			840.918,38		-840.918,38	0,00
Projecto Gavião e Outros	841.310,53		16.769,92			858.080,45
Total	4.002.451,74	0,00	7.869.464,84	0,00	-8.094.014,76	3.777.901,82

8. Participações financeiras

A participação financeira na EDMI está registada pelo método da equivalência patrimonial. As outras participações encontram-se registadas pelo custo de aquisição.

Investimentos financeiros	Saldo inicial	Reav. Ajustam	Aumentos	Alien.	Saldo final
Partes capital empr.grupo	1.634.850,43	-709.036,13			925.814,30
Titulos e outras aplic.fananc.	211.272,79	-159.615,33			51.657,46
Total	1.846.123,22	-868.651,46	0,00	0,00	977.471,76

9. Acionistas

O saldo desta conta refere-se a créditos da EDM sobre a sua empresa participada EDMI. Estes créditos resultam de vendas de imóveis bem como de suprimentos efetuados. As avaliações recentes de um conjunto destes imóveis permitem concluir que o ativo da EDMI assegura, no essencial, a dívida à EDM.

10. Outros ativos financeiros

	2011	2010
Contrato cessão créditos	256.280,28	414.589,64
Despacho 496/2004 SEAME-XV	3.311.269,53	3.311.269,53
IVA		
Provisão		
Total	3.567.549,81	3.725.859,17

11. Ativos e passivos por impostos diferidos

	2011	2010
Activos por impostos diferidos	458.922,24	517.965,17
Origem: Provisão para encargos com pensões de reforma (ENU)		
Base	1.782.222,31	1.954.585,54
Taxa: IRC - 25%	445.555,58	488.646,39
Taxa: Derrama - 0,75%	13.366,66	29.318,78

12. Clientes

	2011	2010
Clientes c/corrente	253.336,88	137.985,09
Total	253.336,88	137.985,09

13. Estado e outros entes públicos

Os saldos das contas à data de 31 de dezembro de 2011 são os seguintes:

	Saldo Devedor	Saldo Credor
Pagamentos por conta IRC	8.843,51	
IRC a recuperar	138.726,06	
Retenções impostos s/ rendimento		11.334,91
IVA		191.818,27
Contribuições segurança social e outros		17.013,92
Total	147.569,57	220.167,10

14. Outras contas a receber

	2011	2010
Juros a receber	378.786,68	215.895,70
Devedores diversos	425.513,33	173.757,18
Entidades financiadoras de projectos	2.837.756,57	3.639.604,12
Devedores diversos cauções	3.312,57	3.312,57
Total	3.645.369,15	4.032.569,57

15. Diferimentos

O saldo devedor refere-se a gastos a reconhecer no montante de € 79.506,24 relativos a custos diferidos de fornecimentos externos.

O saldo credor refere-se a rendimentos a reconhecer de rendas no montante de € 294,90.

16. Ativos financeiros detidos para negociação

	2011	2010
Obrigações do Tesouro	2.000.000,00	4.193.900,00
Obrigações CGD	600.000,00	600.000,00
Total	2.600.000,00	4.793.900,00

17. Caixa e depósitos bancários

	2011	2010
Caixa	5.000,00	5.000,00
Depósitos à ordem	6.503.345,64	550.982,18
Outros depósitos bancários	30.065.509,46	29.242.550,42
Total	36.573.855,10	29.798.532,60

18. Capital Social

O capital social da sociedade é de 30 000 000,00 euros, representado por 6 000 000 de ações de valor nominal de 5 euros cada uma, encontra-se integralmente realizado.

Ações/Tipo	Quantidade	%	Valor nominal
A	3 060 000	51	5 Euros
B	2 940 000	49	5 Euros

O capital da sociedade é detido em 100% pelo Estado Português através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

19. Reserva legal

Conforme dispõe a legislação em vigor, os valores englobados na reserva legal só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para outro fim.

De acordo com a legislação vigente, a EDM é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja 20% do capital. A reserva legal, no montante de €6.000.000,00, está totalmente preenchida. Esta reserva não poderá ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos.

20. Outras reservas

Em Outras reservas estão englobados os valores que anualmente o Acionista tem deliberado integrar na Reserva especial de recuperação ambiental.

No mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício figuram os movimentos ocorridos.

21. Resultados transitados

Os resultados transitados apresentam um saldo positivo de € 94.944,34.

No mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício figuram os movimentos ocorridos.

22. Ajustamentos em ativos financeiros

O valor negativo de € 499.512,95 corresponde a ajustamento decorrentes do método de equivalência patrimonial.

23. Excedente de revalorização

Em 2010 foi feita a avaliação por entidade independente dum imóvel em Lisboa tendo o seu valor sido revalorizado em € 161.407,55. Este movimento consta no mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio.

24. Provisões

Nesta conta encontram-se registados;

- O valor atual com encargos com pensões de trabalhadores das extintas ENU – Empresa Nacional de Urânio e da JEN – Junta de Energia Nuclear. A EDM paga estes encargos mensalmente à CGA (Caixa Geral de Aposentações);
- Provisão relativa ao processo a correr no Tribunal de Pinhel;
- Em 2011 apenas foi movimentada a provisão para encargos com pensões dos trabalhadores da extinta ENU pelas regularizações decorrentes da utilização pelos pagamentos efetuados.

	2011
Saldo inicial	2.371.444,54
Regularizações	-172.363,23
Reforço	0,00
Saldo final	2.199.081,31

À data de 31 de dezembro de 2011 a EDM detinha um crédito sobre a EDMI no montante de € 6.166.757,55.

25. Financiamentos obtidos

O montante de € 71 472,49 relativo a financiamentos obtidos diz respeito ao valor das rendas de locações financeiras, sendo € 36 883,54 a pagar a mais de 12 meses incluído no passivo não corrente e € 34 588,95 a pagar em 2012.

26. Outras contas a pagar

	2011	2010
Remunerações a liquidar	56.973,74	117.858,08
Outros acréscimos custos	4.337,20	5.915,70
Credores diversos	14.493,51	25.809,41
Verbas recebidas para investimentos a realizar	14.711.336,20	12.417.834,98
Total	14.787.140,65	12.567.418,17

27. Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se às contas correntes no mercado nacional e de acordo com os prazos de pagamento estabelecidos.

	2011	2010
Fornecedores c/correntes	979.298,76	474.632,13
Total	979.298,76	474.632,13

28. Vendas e serviços prestados

Os serviços prestados foram para o mercado nacional.

	2011	2010
Prestação de serviços	202.082,97	237.727,02
Total	202.082,97	237.727,02

29. Trabalhos para a própria entidade

	2011	2010
Investimento no âmbito ambiental	499.696,09	887.475,00
Projectos protocolo	237.312,18	76.859,33
Total	737.008,27	964.334,33

30. Fornecimentos e serviços externos

	2011	2010
Trabalhos especializados	167.588,45	194.527,97
Honorários	10.706,21	76.226,39
Energia e Fluidos	75.140,52	92.835,81
Vigilância e segurança	62.644,91	64.433,18
Comunicação	45.496,61	53.959,51
Outros Fornecimentos e serviços	50.038,06	48.579,14
Materiais	22.468,36	33.397,14
Rendas e Aluguers	25.610,36	44.928,97
Seguros	29.207,32	26.497,98
Deslocações e estadas	18.749,86	29.698,64
Conservação e reparação	31.954,26	63.760,33
Outros diversos	40.895,91	59.555,13
Total	580.500,83	788.400,19

31. Gastos com pessoal

	2011	2010
Remunerações dos órgãos sociais	234.350,99	279.953,02
Remunerações do pessoal	576.701,93	691.093,99
Encargos sobre remunerações	165.253,08	188.559,98
Benefícios pós emprego	63.447,54	73.035,40
Seguros	18.107,71	20.684,31
Gastos de acção social	40.059,07	41.218,26
Outros gastos	27.800,62	88.699,00
Total	1.125.720,94	1.383.243,96

O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante 2011 foi de 20 empregados, 3 Administradores e Fiscal Único.

32. Imparidades

No exercício de 2010 foi registada uma imparidade sobre valor a receber há mais de 10 anos no montante de € 153 368,44.

No exercício de 2011 foram registadas imparidades em diversos investimentos financeiros no montante de € 159.615,33.

33. Provisões

No exercício de 2010 foi feito o reforço da provisão relativa ao processo que corre no Tribunal de Pinhel no montante de € 316.859,00 adiante relatado.

34. Outros rendimentos e ganhos

	2011	2010
Rendimentos suplementares	153.330,48	145.905,42
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	45.335,94	
Rendimentos e ganhos restantes activos financeiros (a)	1.080.010,07	582,23
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1.971,23	23.250,00
Outros proveitos e ganhos operacionais	255.176,71	157.330,81
Total	1.535.824,43	327.068,46

(a) De acordo com o Plano Estratégico para o mandato anterior (2007-2009) apresentado pela EDM em 29 de junho de 2007, o montante de “*capital afeto à recuperação ambiental*”, foi fixado em € 12 000 000,00, o qual tem vindo a ser considerado desde 1 de julho de 2007. No exercício de 2011 o rendimento financeiro associado à concessão para a recuperação ambiental foi contabilizado nos rendimentos e ganhos.

35. Outros gastos e perdas

	2011	2010
Impostos directos	9.418,00	8.779,57
Impostos indirectos	1.320,38	1.104,16
Taxas	1.472,05	2.893,06
Gastos e perdas em participadas		11.030,62
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		13.373,72
Outros	158.426,79	110.713,88
Total	170.637,22	147.895,01

36. Gastos de depreciação e amortização

Activos tangíveis	2011	2010
Edifícios e outras construções	11.619,18	11.619,16
Equipamento básico	10.176,91	7.526,99
Equipamento de transporte	42.237,14	50.399,05
Equipamento administrativo	8.279,42	8.439,91
Outros activos tangíveis	17.583,65	3.426,03
Total	89.896,30	81.411,14

37. Juros e outros rendimentos similares

	2011	2010
Remuneração do capital afecto à concessão		1.080.000,00
Juros obtidos	816.980,98	537.503,18
Dividendos obtidos		49,00
Outros		
Total	816.980,98	1.617.552,18

38. Juros e gastos similares suportados

	2011	2010
Juros suportados	3.965,14	4.577,62
Diferenças de câmbio desfavoráveis		462,86
Outros		
Total	3.965,14	5.040,48

39. Imposto sobre o rendimento

	2011	2010
Tributação autónoma	11.698,68	9.075,75
Derrama	9.535,76	4.531,72
Total	21.234,44	13.607,47

40. Compromissos

Durante o exercício de 2011 a contribuição da Empresa para o Plano Complementar de Pensões de Reforma foi de € 63 447,54. Este plano foi alterado, com efeitos a 1 de outubro de 2006, para um plano de contribuição definida e simultaneamente contributivo, com contribuições dos trabalhadores e da Empresa. Em maio de 2007 e de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 71/2007, os membros do Conselho de Administração deixaram de integrar o Plano da empresa. Em 31 de dezembro de 2011 a empresa tinha assumido responsabilidades por avals e garantias prestadas, como segue:

Em nome da EDM

a) Aval prestado à CGD, referente a duas garantias bancárias prestadas à participada EDMI, a favor da Câmara Municipal de Aljustrel, no montante de € 1 011 673,12, que foi reduzido para € 101 167,31 já em 2011.

b) Garantias bancárias:

Ao 10º Bairro Fiscal de Lisboa:

Nº 362154	1 260 967,73
Nº 362155	57 495,19
Ministério da Economia nº 914/004203/282/0019	15 079,00
À EDP, SA nº 9140/031670/993	6 278,00
Em nome da extinta ENU – Empresa Nacional de Urânio, SA:	
Ministério da Economia	9 975,96
Ministério da Economia	12 469,95
Ministério da Economia	12 469,95
Ministério da Economia	6 484,37
Ministério da Economia	897,84
Ministério da Economia	14 963,94
Ministério da Economia	179,57
Ministério da Economia	179,57
Ministério da Economia	6 234,97
Ministério da Economia	9 975,96
Ministério da Economia	9 975,96
Ministério da Economia	9 975,96

As garantias prestadas ao 10º Bairro Fiscal de Lisboa referem-se ao processo de liquidação adicional de IVA, do período de 1988 a abril de 1992, que após notificação da extinção, por prescrição da dívida, e devolução das garantias bancárias respetivas pelo Serviço de Finanças, foi em julho de 2010 reaberto por

revogação da decisão de prescrição, tendo sido a empresa notificada para o pagamento de € 997 091,76 e de € 45 996,15. A EDM solicitou os fundamentos destas notificações, os quais não foram totalmente esclarecedores pelo que foram apresentados recursos hierárquicos e posteriormente deduzida a oposição em tribunal relativamente a cada um dos processos.

Dado que, na generalidade dos 7 processos, as decisões foram favoráveis e tendo em conta o parecer do consultor jurídico do processo agora revogado, que entendeu haver fundamentação para deduzir oposição em Tribunal invocando a prescrição, aqueles montantes não foram provisionados.

41. Outras divulgações – Processos em tribunal

Em 31 de dezembro de 2011 a Empresa era interveniente no seguinte processo:

- O processo nº 208/08, que corre no Tribunal Judicial da Comarca de Pinhel, diz respeito a um pedido de indemnização motivado por morte em acidente de caça ocorrido num terreno, situado numa área onde as ex-JEN e ENU desenvolveram atividade mineira até 1982. A EDM é ré, conjuntamente com a Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Eufémia, proprietária do referido terreno. Relativamente a este processo, relativamente ao qual é solicitada uma indemnização de € 416.859,00, havia já sido constituída em 2009 uma provisão no montante de € 100.000,00. A EDM considerou dever provisionar a totalidade do montante em causa no exercício de 2010.

Em junho de 2011 o Tribunal declarou improcedente a ação e em consequência absolveu a EDM do pedido de indemnização. Em 6 de julho de 2011 os autores da ação interpuseram recurso de apelação para o Tribunal da Relação de Coimbra aguardando-se a pronúncia do mesmo.



42. Outras divulgações – Concessão para a recuperação ambiental

Reconhecendo-se que as atividades de recuperação e monitorização ambiental de áreas mineiras degradadas deveriam revestir a natureza de serviço público, a concessão exclusiva da atividade de recuperação ambiental foi atribuída, através do Decreto-Lei nº 198-A/2001 de 6 de julho (a que também se refere o Despacho Conjunto nº 242/2002 de 14.03.2002), por um prazo de 10 anos, à EXMIN, empresa, à data, detida pela EDM.

Em 2005, a EXMIN foi integrada na EDM, por fusão, transferindo-se para esta todo o património ativo e passivo da empresa fundida, incluindo direitos e responsabilidades existentes, prosseguindo a EDM com o desenvolvimento a atividade de recuperação ambiental.

O regime jurídico da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas, encontra-se definido no Decreto-Lei acima mencionado, sendo da responsabilidade do Estado os correspondentes encargos com a referida recuperação ambiental.

Deste modo a reabilitação ambiental de antigas áreas mineiras de radioativos tem vindo a ser efetuada e financiada no âmbito da Concessão, essencialmente, com recurso aos financiamentos comunitários, exceto quanto à modelação e selagem da Barragem Velha, na Urgeiriça, cujos encargos foram suportados por fundos próprios da empresa.

Em 22 de dezembro de 2011 foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº 62/2011 que aprova a renovação do contrato de concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas pelo período de 4 anos.

A relação anual entre investimentos realizados, investimentos financiados e recebimentos está evidenciada no quadro que a seguir se apresenta.

	Investimentos realizados	Investimentos concessão	Recebimentos concessão
2005	2.123.178,65	1.859.284,84	755.613,28
2006	6.385.449,30	5.023.166,62	2.185.143,04
2007	12.107.435,11	7.480.866,79	2.814.143,54
2008	12.043.410,50	10.410.396,40	14.704.362,82
2009	4.656.760,64	2.004.405,82	4.540.427,00
2010	8.386.261,05	7.672.443,56	4.140.700,00
2011	7.869.464,84	7.011.776,54	5.377.360,55

As verbas recebidas para contrapartida nacional dos projetos da Concessão e as verbas do Protocolo de Cooperação entre a DGEG e a EDM estão consideradas no passivo em outras contas a pagar como adiantamentos recebidos sendo utilizadas à medida que os projetos nele contemplados (nomeadamente os projetos relativos à segurança de antigas minas de radioativos) sejam realizados ou concluídos.

43. Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2012.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exercício de 2011

1. No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade, o Fiscal Único da **EDM – EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO MINEIRO, S.A.**, no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2011, vem apresentar o seu Relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e dar Parecer sobre esses mesmos documentos de prestação de contas.
2. O Fiscal Único acompanhou ao longo do exercício, com a periodicidade conveniente, a actividade da EDM, através da análise da documentação produzida, dos contactos com os Serviços, dos elementos de trabalho disponibilizados pelos auditores externos e das reuniões de informação que regularmente manteve com o Conselho de Administração. Procedeu às verificações e análises da informação contabilística, com a consulta dos seus documentos de suporte e dos correspondentes registos. Verificou, em particular, as operações contabilísticas referentes ao apuramento dos resultados do exercício.
3. É sua convicção que os procedimentos técnicos seguidos que conduziram à elaboração das demonstrações financeiras apresentadas, e tendo em conta, em particular, as explicitações que se incluem no Anexo às Demonstrações Financeiras, complementadas com o exposto no Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, reflectem os valores evidenciados nos documentos que lhes servem de suporte, e, no seu conjunto, expressam, em termos financeiros e económicos, uma correcta avaliação do património e dos resultados.
4. Em documento separado, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, parecer que deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.
5. No Relatório de Gestão que elaborou, o Conselho de Administração descreve a forma como se desenvolveu a actividade ao longo do exercício e os principais factores que estiveram na origem dos resultados alcançados.
6. Foram seguidos os princípios orientadores constantes no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, extensivo ao cumprimento das orientações legais vigentes para o SEE e, designadamente, à observância da matéria relativa às reduções remuneratórias previstas na Lei 55 – A /2010.
7. A actividade da EDM no decorrer do ano de 2011, caracterizou-se por um bom desempenho global, sendo de salientar:
 - a Resolução do Conselho de Ministros de 15 de Dezembro de 2011 aprovando a prorrogação do Contrato de Concessão até 2015;
 - a celebração do Protocolo de cooperação com a EMEM- Empresa Moçambicana de Exploração Mineira;
 - os investimentos realizados no âmbito da segurança, recuperação de solos, pedreiras abandonadas e manutenção de áreas mineiras degradadas no valor de 1.970.303 euros.
8. Relativamente aos valores expressos nas demonstrações financeiras do exercício devem salientar-se os seguintes indicadores:
 - a obtenção de um resultado líquido positivo de 1.140.326 euros;
 - a redução de 207.899 euros e 257.523 euros nos fornecimentos e serviços externos e nos gastos com pessoal, respectivamente, quando comparados com igual período de 2010;

- o peso dos fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, que representam cerca de 80% do total dos gastos globais;
 - a obtenção de um resultado operacional de 349 mil euros, registando evidentes melhorias relativamente aos exercícios anteriores;
 - os rendimentos totais da EDM registaram um aumento de cerca de 5%, em relação aos valores de 2010 enquanto que, nos gastos globais se registou um decréscimo de 26%;
 - o “cash-flow” gerado de 1.230.000 euros;
 - a realização de investimentos no âmbito da concessão para a recuperação ambiental no valor de de 5,67 milhões de euros;
 - o recebimento do montante de 4,04 milhões de euros referente a investimentos elegíveis dos projectos de recuperação ambiental; e
 - o recebimento de 1.312.500 euros referente a parte dos investimentos da Concessão considerados “não elegíveis” em sede dos programas comunitários, relativos aos anos de 2008 e 2009.
9. Face ao exposto, e como consequência das análises desenvolvidas no decorrer do exercício, o Fiscal Único, agradecendo a colaboração prestada pelos trabalhadores da empresa com quem teve necessidade de contactar e ao Conselho de Administração, a sua colaboração e disponibilidade, e tendo presente as perspectivas da actividade que se antevêem para o ano de 2012, é de

PARECER

- a) que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração, Balanço e Contas, relativos ao exercício de 2011;
- b) que seja aprovada a proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício, de 1.140.326,25 euros, apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 1 de Março de 2012

O FISCAL ÚNICO

Joaquim Patricio da Silva
(ROC n.º 320)
em representação de
PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE E ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 21

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**Exercício de 2011****INTRODUÇÃO**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de balanço de 59.243.332 euros e um total de capital próprio de 40.774.912 euros, incluindo um resultado líquido de 1.140.326 euros) a Demonstração de resultados por natureza, a Demonstração de resultados por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos, foi efectuado de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes a posição financeira da **EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.** em 31 de Dezembro de 2011, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Sede:

Av. do Brasil, 15 – 1º
1749-112 LISBOA
Telefone: 21.355.35.50 – Fax: 21.356.19.52
Email: geral.lisboa@rsm.pt

Rua da Saudade, 132 – 3º
4150-682 PORTO
Telefone: 22.207.43.50 – Fax: 22.208.14.77
Email: geral.porto@rsm.pt



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

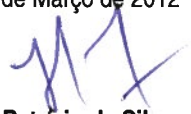
8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para os seguintes pontos:

- 9.1. Em conformidade com a deliberação do Estado, foi concretizada em 2005, a fusão da EXMIN na EDM, tendo transitado para esta empresa a Concessão atribuída pelo Estado à ex-EXMIN de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas. De acordo com o Despacho SEAME-XV n.º 496/2004, de 9 de Julho, até à definição pelo Concedente da forma como certas despesas seriam financiadas e face à necessidade de reunião de fundos para cumprimento dos objectivos do Contrato de Concessão, a EDM disponibilizou à ex-EXMIN, por conta do Concedente, verbas afectas a despesas suportadas até ao final de 2004, no valor de 3.311.270 euros, referentes à remuneração do capital afecto à Concessão e a investimentos efectuados, considerados não elegíveis pelas entidades financiadoras, relativos a IVA e custos directos e indirectos.
Até à data não foi definido pelo Estado a forma de comparticipação, permanecendo este montante no activo da empresa.
- 9.2. O montante dos trabalhos de reconhecimento e avaliação, visando a determinação da pré-viabilidade de exploração do Jazigo do Gavião, perfazem até final de 2010, investimentos no valor de 841.311 euros, não se tendo registado qualquer acréscimo no exercício de 2011.
- 9.3. Foi apresentada ao Concedente uma proposta de revisão do Contrato de Concessão com pedido de prorrogação do prazo de vigência até 2015, tendo a mesma sido aprovada em Resolução do Conselho de Ministros de 15 de Dezembro de 2011, e publicada no Diário da República de 22 de Dezembro de 2011.
- 9.4. De acordo com a Nota 40 do Anexo às Demonstrações Financeiras, em Junho de 2010, foi reaberto o processo de liquidação adicional de IVA, por revogação da decisão de prescrição, tendo a EDM sido notificada para pagamento das verbas de 997.091,76 euros e de 45.996,15 euros. No entendimento do Conselho de Administração, suportado por parecer do seu consultor jurídico, não haverá lugar à criação da correspondente provisão.
- 9.5. Dada a especificidade da actividade da EDM os projectos realizados por conta do Concedente no âmbito do Contrato de Concessão são registados transitoriamente na conta Activos Intangíveis até transferência, após pedido de reembolso, para Outros Devedores, conforme divulgado na Nota 7 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 1 de Março de 2012


Joaquim Patrício da Silva

(ROC n.º 320)

em representação de

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE E ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 21

Sede:

Av. do Brasil, 15 – 1.º
1749-112 LISBOA
Telefone: 21.355.35.50 – Fax: 21.356.19.52
Email: geral.lisboa@rsm.pt

Rua da Saudade, 132 – 3.º
4150-682 PORTO
Telefone: 22.207.43.50 – Fax: 22.208.14.77
Email: geral.porto@rsm.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE O DESEMPENHO DOS GESTORES EXECUTIVOS

Introdução

1. Em cumprimento do preceituado no ponto 17 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, dada a inexistência de membros não executivos dos órgãos de administração, de membros do Conselho Geral e de Supervisão, cumpre ao Órgão de Fiscalização da **EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.** elaborar anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos.

Responsabilidades

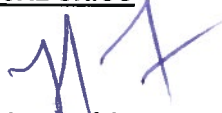
2. As empresas detidas pelo Estado devem ter um modelo de governo que assegure a efectiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização.
3. A nossa responsabilidade consiste em analisar o relatório de gestão no que se refere ao governo da sociedade onde deve constar os regulamentos internos e externos, uma análise de sustentabilidade e uma avaliação do grau de cumprimento pelos gestores dos princípios de bom governo.

Parecer

4. Com base no trabalho efectuado somos de opinião que o desempenho de gestão dos membros do Conselho de Administração da **EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.**, pode considerar-se adequado tendo por base a forma como foram desenvolvidas as correspondentes acções durante o exercício de 2011, e expressamos uma opinião favorável sobre as estruturas e mecanismos de gestão em vigor na entidade.

Lisboa, 1 de Março de 2012

O FISCAL ÚNICO



Joaquim Patrício da Silva

(ROC n.º 320)

em representação de

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 21

Sede:

Av. do Brasil, 15 – 1.º
1749-112 LISBOA
Telefone: 21.355.35.50 – Fax: 21.356.19.52
Email: geral.lisboa@rsm.pt

Rua da Saudade, 132 – 3.º
4150-682 PORTO
Telefone: 22.207.43.50 – Fax: 22.208.14.77
Email: geral.porto@rsm.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Identificação e responsabilidades

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um ativo líquido de € 59 243 332 e um capital próprio de € 40 774 912, incluindo um resultado líquido de € 1 140 326), a Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios e o Anexo. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da EDM, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de adequados critérios e políticas contabilísticas e a manutenção de um apropriado sistema de controlo interno. A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião profissional e independente baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

Âmbito do exame

2. Exceto quanto ao referido no parágrafo 3 a 6 seguintes, o nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objetivo de se obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o nosso exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração na preparação das demonstrações financeiras, (ii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (iii) a apreciação da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade das operações, e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o trabalho por nós realizado proporciona uma base aceitável para expressarmos a nossa opinião sobre as mencionadas demonstrações financeiras.

Reservas

3. A participação financeira e os suprimentos efetuados à **EDMI - Empresa de Projetos Imobiliários, SA**, participada responsável pela gestão e valorização do património imobiliário do Grupo, ascendem a cerca de € 7 100 000. Dadas as características muito específicas de parte do património imobiliário da EDMI, proveniente de empresas mineiras do Grupo, entretanto encerradas, não nos é possível quantificar a extensão da recuperabilidade da referida participação e suprimentos em cerca de € 1 500 000.

4. O ativo intangível em curso engloba as intervenções incorridas com o Projeto do Gavião, o qual visa a determinação da pré-viabilidade da exploração do jazigo do Gavião, que ascenderam a cerca de € 840 000 e cuja recuperação depende da viabilidade e/ou da cessão da exploração do referido jazigo.

5. Encontra-se registado como uma dívida do Estado, enquanto Concedente, no âmbito do Contrato de Concessão da Recuperação de Áreas Mineiras Degradadas, parte da remuneração do capital e custos incorridos com intervenções efetuadas até 2004, no montante de cerca de € 3 300 000. A anulação, ajustamento ou recuperação deste saldo depende de decisão do Concedente.

6. A Administração Fiscal procedeu, com referência aos exercícios de 1988 a 2002, a sucessivas liquidações adicionais do Imposto sobre o Valor Acrescentado, que a EDM reclamou e cujo desfecho foi favorável aos interesses da Empresa. Em 2009, o único processo que ainda estava em curso (€ 1 000 000) teve desfecho parcialmente desfavorável à EDM, porém, a Administração Fiscal veio a declarar extinta a correspondente execução por prescrição das dívidas exequendas, no exercício de 2010. Ainda no exercício de 2010, a Empresa foi notificada pela Administração Fiscal da anulação daquela decisão de prescrição e exigência da liquidação de cerca de € 1 000 000 de imposto, liquidação que a Empresa contestou. Neste momento não é possível determinar quais os impactos que poderão advir da resolução deste processo relativamente ao qual não foi constituída qualquer provisão.

Opinião

7. Em nossa opinião, exceto quanto aos eventuais efeitos das situações mencionadas nos parágrafos 3 a 6 anteriores, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA**, em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

Ênfases

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7 anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

9.1 Dada a forma que veio a ser determinada pelo Estado para financiamento da Concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas e de outros trabalhos solicitadas à EDM, a Empresa reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como ativos intangíveis em curso, reconhecendo os financiamentos quando efetua os respetivos pedidos de pagamento, por amortização direta dos correspondentes intangíveis em curso.

9.2 Com a liquidação da ex-ENU - Empresa Nacional de Urânio, SA, a responsabilidade pelos passivos supervenientes da liquidação transitou para a EDM. Os impactos que esta responsabilidade tem vindo a originar e que não são possíveis de prever e quantificar, nomeadamente em termos de reposição ambiental, têm vindo a ser parcialmente enquadrados no âmbito do Contrato de Concessão da Recuperação de Áreas Mineiras Degradadas.

9.3 Conforme referido no relatório de gestão, o Contrato de Concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2001, de 9 de agosto, que terminava em setembro de 2011, foi prorrogado, por mais quatro anos, pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 62/2011, de 15 de dezembro.

António Pina Fonseca

BDO & Associados, SROE

Lisboa, 28 de fevereiro de 2012

